

FRAGMENTE

REVISTA ESCOLAR DE FILOSOFIA E PSICOLOGIA
MAIO 2016

Redação: Rua Rodrigo da Fonseca, 115 - 1099-069 Lisboa - Tel. 21 384 19 10 / 21 384 19 18 - Fax: 21 386 39 85 E-mail: esmavc@mail.telepac.pt

FRAGMENTE 8

Publicação Anual
Maio de 2016



Mónica Baginha

FRAGMENTE

Revista Escolar de Filosofia e Psicologia

Ficha Técnica

Colaboram neste Número:

Alfredo Natal, Amaro da Silva, Daniel Cruz, David Gravanita, Diana Lourenço, Ema Gonçalves, Filipe Pereira, Filipe Rose, Gabriel Gonçalves, Guilherme Martins, Inês Jorge, Inês Morais, Inês Ruivo, Jéssica Pedro, João Gama, Larissa Dornelles, Marta Santos, Miguel Mauritti, Patrícia Bernardo.

Imagens: Afonso Sanches, Ana Ferreira, Ana Rita Fonseca, Andressa Meicasa, Bárbara Lebre, Beatriz Félix, Beatriz Rocha, Bernarda Bernardo, Bernardo Pires, Brenda Côrte, Bruna Carvalho, Daniela Costa, Daniela Oliveira, Diana Cardoso, Duarte Bonniz, Filipa Carvalho Dias, Gabriella Menezes, Inês Aragão, Inês Martins, Joana Augusto, Joana Ratão, Joana Silva, João Tacanho, José Gonçalves, Laura Mendes, Mafalda Nunes, Maria Beatriz Alves, Maria Carolina Nunes, Margarida Lobato, Maria Leonor Sousa, Mariana Elias, Martim Ribeiro, Matilde Pinho, Mónica Baginha, Rita Alexandra Ramos, Sara Fernandes, Simão Loureiro, Sofia Fernandes, Teresa Cabral, Tomás Barqueiro, Vilma Ferreira, Vítor Cavalheiro

Capa: Sofia Fernandes

Contracapa: Mónica Baginha

Fotografias e Grafismo: João Soares Santos

Impressão: Matriz Radical - Impressão e Soluções Digitais, Rua 1.ª de Maio, n.º 2 - Loja A - 2695-728 São João da Talha
Tel. 219 559 154 e-mail: geral@matrizradical.pt
Tiragem: 200 Exemplares

Sumário

FragmentApresentação	
Alfredo Natal.....	4
V Olimpíadas Nacionais de Filosofia 2016	
Amaro da Silva.....	5
Livre Arbitrio I	
Miguel Mauritti.....	7
Livre Arbitrio II	
Filipe Pereira.....	12
Os Direitos Humanos em Questão	
Miguel Mauritti.....	14
Sísifo e o Sentido da Existência	
Filipe Pereira.....	17
The Matrix	
Jéssica Pedro e Marta Santos.....	19
Ciência e Utopia:	
O Impacto da Tecnologia nos Sistemas Políticos	
Miguel Mauritti e Gabriel Gonçalves.....	21
O meu primeiro livro de Filosofia: "A República"	
Ema Gonçalves.....	26
Fédon: Diálogo sobre a Imortalidade da Alma	
Filipe Pereira.....	28
O Argumento Ontológico Modal para a Existência de Deus segundo Alvin Plantinga	
David Gravanita e Filipe Pereira.....	31
Projeto "Turma sem Reprovações"	
Larissa Dornelles.....	34
A Memória:	
Quão fiáveis são os nossos testemunhos?	
Inês Morais.....	36
Até que ponto somos obedientes?	
A Experiência de Milgram	
Filipe Rose.....	38
Discriminação racial:	
Qual a sua origem e seus efeitos?	
Inês Ruivo.....	40
Será o medo inato ou adquirido?	
Patrícia Bernardo.....	42
Será que o criminoso tem culpa do crime cometido?	
Diana Lourenço.....	44
Será possível curar a psicopatia?	
Daniel Cruz.....	46
Serão os traumas para sempre?	
Determinismo ou livre-arbítrio na construção do Eu?	
Inês Jorge.....	48
O Complexo de Édipo hoje	
Guilherme Martins.....	50
Que papel têm os sonhos na vida humana?	
João Gama.....	52
A Máquina da Felicidade	
.....	54



Bruna Carvalho

Director:

Amaro Carvalho da Silva

Conselho Editorial:

Professores de Filosofia e

Psicologia da Escola Secundária

Maria Amália Vaz de Carvalho

Coordenadores:

Amaro da Silva

Alfredo Natal

Paula Pires

Coordenadores Sectoriais:

Amaro da Silva

Ana Goulart

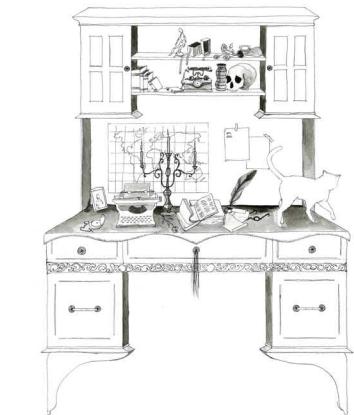
Carlos Marques

Luís Goucho

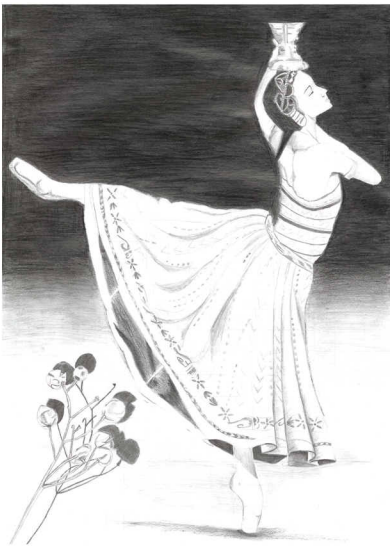
Paula Pires



Assinatura do Protocolo entre a Junta de Freguesia de Avenidas Novas e a ESMAVC.
Da Direita para a Esquerda: Vereadora da Educação, Presidente da Junta de Freguesia, Diretora da ESMAVC e Diretor da Fragmente.



Beatriz Félix



Teresa Cabral

FRAGMENTAPRESENTAÇÃO
Alfredo Natal

E vão oito! Oito edições da Fragmente, a revista que, fruto de um trabalho contínuo empenhado e voluntarioso dos professores de Filosofia da ESMAVC (Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho), reúne o que de melhor foi realizado pelos nossos alunos no último ano, para além de dar conta de muita outra atividade igualmente desenvolvida nesse mesmo período de tempo.

As grandes novidades que a Fragmente deste ano vos traz são três! A primeira é o maior “espaço” que a Psicologia ganhou na revista! A segunda foi a realização das V Olimpíadas Nacionais de Filosofia e a terceira consistiu na celebração de um protocolo com a Junta de Freguesia de Avenidas Novas. Até pela sua grande importância específica, começemos por esta última.

Toda a ajuda é bem-vinda e continuamos a precisar dos apoios da Direção da ESMAVC, da Associação de Pais (APESMAVC) e Junta de Freguesia de Campolide mas, a celebração a 9 de março passado, e na sede da Junta de Freguesia de Avenidas Novas, de um protocolo de apoio financeiro à edição da Fragmente entre a Junta de Freguesia e a Escola Sec. M.ª Amália Vaz de Carvalho (ESMAVC) reveste-se da maior importância. Dito de uma forma simples, a Fragmente que estava a ler, só ganhou a luz do dia em virtude, entre outros, do apoio da “nossa” Junta de Freguesia que ainda se comprometeu a ajudar edições futuras!

A cerimónia contou, por parte da Junta de Freguesia, com a presença do Presidente da Junta e da Vereadora da Educação e, por parte da ESMAVC com a presença da respetiva Diretora e do Diretor da Fragmente.

Outra novidade, mas que já começa a ser habitual, foi a da realização de mais uma edição das Olimpíadas Nacionais de Filosofia – a quinta! Desta vez foi na Didáxis, uma cooperativa de ensino de Riba de Ave, a 8 e 9 de abril passado. A Fragmente dá-vos notícia mais desenvolvida deste evento no seu interior.

Já que falamos em Olimpíadas, passamos a referir agora o miolo da revista para vos dizer que, como habitual, damos aqui à estampa alguns dos textos de alunos da ESMAVC que realizaram provas de seleção e participação na V Olimpíada de Filosofia. Os textos sobre o “Livre-arbítrio” dizem respeito à participação nas Olimpíadas Nacionais de Filosofia e os textos sobre a “condenação de um blogger saudita e direitos humanos” e o “sentido da existência a partir do mito de Sísifo” correspondem aos classificados nos dois primeiros lugares na prova realizada na nossa escola e, denotando uma preocupação constante dos nossos alunos, aparecem dois textos de reflexão sobre questões de origem “tecnológica”: um sobre o filme “Matrix” e outro respeitante a “Ciência e Utopia”.

Não deixa de ser agradável que nos cheguem trabalhos com a “frescura” da descoberta como sucede com os textos “O meu primeiro livro de Filosofia – A República de Platão” e o “Fédon: Diálogo Sobre a Imortalidade da Alma” mesmo que ombreando com a maior profundidade do “Argumento Ontológico Modal para a Existência de Deus segundo Alvin Plantinga”. Terminando a parte dedicada à Filosofia, apresenta-se um texto sobre o projeto “Turma sem Reprovações”, uma iniciativa pedagógica muito interessante que está a ser desenvolvida na escola.

Entremos agora na Psicologia ousando chamar a vossa atenção para o facto de dois terços dos textos apresentados terem uma interrogação como título. De facto, sete dos nove textos aqui presentes levantam questões sobre a validade dos testemunhos, a obediência, o medo, a culpa no crime, a psicopatia e a perenidade dos traumas, demonstrando que a reflexão continua viva entre os nossos alunos. A atualidade do complexo de Édipo, a discriminação racial e o papel dos sonhos na vida humana completam a totalidade da revista.

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de aqui agradecer e destacar o generoso trabalho do professor João Soares Santos por mais uma vez nos ter ajudado com o trabalho de ilustração e paginação desta oitava edição da Fragmente. Boas leituras.

V OLIMPÍADAS
NACIONAIS DE FILOSOFIA
2016

Amaro da Silva

Como vem sendo habitual nos últimos anos, os professores de Filosofia da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (ESMAVC) organizaram uma prova destinada a escolher dois alunos que representassem a ESMAVC nas Olimpíadas Nacionais de Filosofia a decorrer na Didáxis – Cooperativa de Ensino (Riba de Ave) – nos dias 8 e 9 de abril. Esta prova realizou-se na ESMAVC no dia 24 de fevereiro, pelas 14.30h, comparando 11 alunos, e consistiu na elaboração de um ensaio filosófico a partir de um problema colocado por um texto.

Após a análise de todas as provas por um júri de professores de Filosofia os alunos selecionados para representarem a ESMAVC nas Olimpíadas Nacionais de Filosofia foram Miguel Florêncio Bessone Mauritti (11.º A) e Filipe de Assunção da Cruz Pereira (11.º E).

E nos dias 8 e 9 de abril, em Riba de Ave, conforme o estabelecido para as V Olimpíadas Nacionais de Filosofia, no início do 3.º período escolar, todos os alunos selecionados e seus professores acompanhantes aí se encontraram para cumprirem um programa muito bem estabelecido.

Nestas V Olimpíadas de Filosofia participaram 40 professores, 78 alunos e 37 escolas de todo o país. Uma verdadeira mobilização filosófica cheia de entusiasmo juvenil! Para que conste, aqui ficam as escolas participantes:

Didáxis - Riba de Ave (escola anfitriã)
Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco
Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques
Agrupamento de Escolas Damião de Goes
Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal
Agrupamento de Escolas de Castro Daire
Agrupamento de Escolas Júlio Dantas
Agrupamento de Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa
Agrupamento de Escolas Soares Basto
Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo
Colégio Cedros
Colégio D. Dinis
Colégio da Imaculada Conceição - Instituto Inácio de Loyola
Colégio Guadalupe
Colégio Pedro Arrupe
Colégio S. João de Brito
Colégio Valsassina
Didáxis - Vale S. Cosme
Escola Artística António Arroio
Escola Básica e Secundária Ibn Mucana
Escola Dr. Manuel Laranjeira
Escola Secundária de Camões
Escola Secundária de Paços de Ferreira
Escola Secundária de Santa Maria (AE Monte da Lua)
Escola Secundária de Vergílio Ferreira



Alunos da ESMAVC durante a prova de seleção para as Olimpíadas Nacionais.

V OLIMPÍADAS NACIONAIS DE FILOSOFIA
DIDÁXIS – COOPERATIVA DE ENSINO
8 E 9 DE ABRIL



PROGRAMA

SEXTA-FEIRA, 8 DE ABRIL

ALUNOS		PROFESSORES	
Hora	ATIVIDADE	Hora	ATIVIDADE
13.30	CHEGADA DOS PARTICIPANTES E RECEÇÃO		
14.15	CERIMÓNIA DE ABERTURA		
15.00	Início das Provas em Língua Portuguesa	15.00	Conferência: <i>Argumentos recentes em Filosofia da Religião</i> Dr. Domingos Faria
		17.00	Workshop de Avaliação
18.00	Fim das Provas em Língua Portuguesa	18.15	Avaliação das Provas em Língua Portuguesa (1ª Fase)
18.30	Flash mob		
20.30	JANTAR E ATIVIDADES RECREATIVAS		
22.30	ATUAÇÃO DO DJ JOSÉ RODRIGUES		
24.00	Encerramento das Atividades		

SÁBADO, 9 DE ABRIL

ALUNOS		PROFESSORES	
Hora	ATIVIDADE	Hora	ATIVIDADE
8.30	Pequeno-almoço	8.30	Pequeno-almoço
9.30	Visita a Vila Nova de Famalicão e Guimarães	9.30	Avaliação das Provas em Língua Portuguesa (2ª fase)
		12.15	Avaliação das Provas em Língua Portuguesa pela Comissão Científica
12.30	Almoço Didáxis	12.30	Almoço Didáxis
14.00	Informação dos alunos selecionados para realizar a Prova em Língua Estrangeira		
14.15	Speedthinking e Início da Prova em Língua Estrangeira	14.15	Visita a Guimarães
16.00	Final do Speedthinking	15.30	Avaliação das Provas em Língua Estrangeira
16.15	COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS E CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO		



Cerimónia de Abertura da V Olimpíada Nacional de Filosofia em Riba de Ave



Vítor Cavalheiro



Grupo dos participantes nas V Olimpíadas Nacionais de Filosofia

Escola Secundária do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo
Escola Secundária do Cartaxo
Escola Secundária Dr. Ginestal Machado
Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves
Escola Secundária Dr.ª Laura Ayres
Escola Secundária José Gomes Ferreira
Escola Secundária Lima-de-Faria
Escola Secundária Luís de Freitas Branco
Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho
Escola Secundária Públia Hortênsia de Castro
Escola Secundária Quinta do Marquês
St. Peter's International School.

As V Olimpíadas Nacionais de Filosofia foram um sucesso a todos os níveis! Os alunos e professores participaram de forma ativa e empenhada em todas as atividades constantes do programa. De facto, do ensaio à flash mob, da conferência proferida pelo Dr. Domingos Faria ao trabalho de júri, das visitas ao spedthinking, já para não falar das relações e laços pessoais e filosóficos estabelecidos entre todos os participantes, foram momentos que perdurarão na memória de todos e que fizeram com que estas Olimpíadas correspondessem ao melhor dos mundos possíveis.

Nestas V ONF 2016 obtiveram distinção os seguintes alunos:
Medalha de Ouro - Frederico Saleiro Cardoso (Colégio Cedros),
Medalha de Prata - Alexandre Eira (Escola Sec. Vergílio Ferreira),
Medalha de Bronze – Tiago Luís Resende (Agrupamento de Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa).
Menções Honrosas: Andreia Isabel Vitorino (Escola Sec. Dr. Ginestal Machado – Santarém), João Miguel Sousa (Colégio Pedro Arrupe) e Beatriz Gouveia de Jesus (Colégio Guadalupe).
Os dois alunos que representarão Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Filosofia a realizar em Ghent (Bélgica), nos dias 12 a 15 de maio, são os dois primeiros classificados das Olimpíadas Nacionais: Frederico Saleiro Cardoso (Colégio Cedros) e Alexandre Eira (Escola Sec. Vergílio Ferreira).



Livre Arbítrio I

Sem livre-arbítrio, existe esse dilema de, em boa verdade, não se poder culpar o ser humano pelos seus atos.

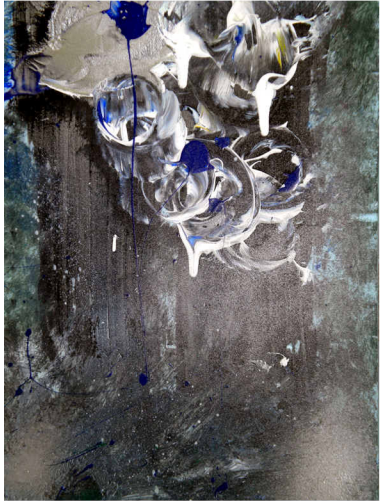
«A pedra, enquanto está em movimento, sabe e pensa que é ela que faz todo o esforço possível para continuar em movimento. [...] Acreditará ser livre e perseverar no seu movimento pela única razão de o desejar. Assim é esta liberdade humana que todos os homens se vangloriam de ter e que consiste somente nisto, que os homens são conscientes dos seus desejos e ignorantes das causas que os determinam.»
(Spinoza – «Lettre à Schuller»)

Será a crença no livre-arbítrio uma ilusão?

Miguel Mauritti

Ensaio produzido no âmbito das Olimpíadas Nacionais de Filosofia em Riba de Ave.

A questão do livre-arbítrio será, talvez, uma das mais importantes com a qual a Filosofia se debruça, por uma variedade de motivos. É um tópico relevante, em termos de como lidamos com o nosso quotidiano, sendo que a implicação da existência ou não do livre-arbítrio é, sem sombra de dúvida, relevante para lidarmos com a sociedade e com o que significa ser-se humano; põe em causa tudo o que somos por nós próprios e como nós lidamos com outros; e, além disso, trata-se de uma pergunta difícil de responder, mesmo sem se olhar para os efeitos da sua resposta. Mesmo usando o método científico para apurar um resultado que, na maneira imparcial da ciência, é independente daquilo que preferimos que ele seja, mas corresponde apenas à realidade da natureza, a questão do livre-arbítrio é interessante porque é difícil definir do que se trata biologicamente, e portanto analisar a sua realidade. Com a expressão “livre-arbítrio”, estamos a referir-nos à capacidade que alguns autores dão ao ser humano de fazer as suas próprias indecisões, independentemente do ambiente e da sua natureza, permitindo-lhe ser independente daquilo que lhe é inato ou fora do controlo ao fazer as suas decisões e, por conseguinte, ser responsável por elas. Sem livre-arbítrio, existe esse dilema de, em boa verdade, não se poder culpar o ser humano pelos seus atos. Nessa perspetiva, na qual o livre-arbítrio não passa de uma ilusão das nossas mentes, e na qual todo o comportamento humano é controlado por fatores fora de si próprio, quer seja pelas condições de nascença quer seja o ambiente que o rodeia, ambos fatores que estão fora do controlo desse indivíduo e pelos quais ele não devia ser dado responsável pelas consequências; chegamos à conclusão que, em boa verdade, culpar um ser humano por qualquer uma das suas ações, por muito atroz que seja, é irrazoável, já que admitimos que os fatores que o levaram a tal ponto estavam fora do seu controlo e, portanto, qualquer ação de repreensão ou punição por esse comportamento é injusta e ilegítima.



Ana Rita Fonseca



Andressa Meicasa,
Matilde Pinho e Sofia Fernandes



Bruna Carvalho



Daniela Costa

Esta conclusão explica porque é que o pensador, e o cidadão comum e informado, poderá preferir a alternativa, na qual o livre-arbítrio existe. Sem ele, não só se torna ilegítimo, enquanto sociedade, punir os crimes mais atrozes, ou de sequer repreender os outros por o terem feito, o que é, num nível sociológico, indesejável, já que existe alguma concordância entre os peritos e os menos peritos acerca do tema que os crimes do cidadão devem ser punidos, mas, de igual modo, se torna desnecessário e incompreensível beneficiar ou congratular uma pessoa por ter feito uma boa ação, ou mesmo sentir orgulho por ter feito algo de bom (pelo menos em termos pessoais, determinar o que é bom ou mau de facto numa escala maior do que essa é outro tema, mas não deveria divergir do que comecei a escrever).

De facto, o único motivo pelo qual um pensador, ou um simples indivíduo, poderia apreciar a inexistência do livre-arbítrio é ser, deste modo, libertado das suas responsabilidades enquanto ser consciente, livre e dotado de uma moral. Sem o livre-arbítrio, o ser humano fica livre dos dilemas éticos e da responsabilidade de ter de fazer uma decisão; de certa maneira, um poderia ver esta “escravidão” aos fatores externos, a qual provém da inexistência de um livre-arbítrio humano, como uma liberdade a esses mesmos dilemas éticos e às responsabilidades que nos são impostas pelo livre-arbítrio. Essa perspetiva é facilmente rejeitada, no entanto, usando o modo de pensar de vários autores. Poder-se-ia citar várias fontes com autoridade no que toca a pensamento a falar sobre o porquê de querer ser incapaz de pensar livremente para assim não ter responsabilidade sobre as suas ações não ser um comportamento digno de um ser humano, uma criatura com uma mente espantosa, dotada de grandes capacidades de pensamento, mas poderemos ir às raízes da filosofia para buscar uma célebre, curta e clara o suficiente “Uma vida que não é examinada não merece ser vivida” que Platão atribui a Sócrates na Apologia de Sócrates. Este grande pensador, cujo nome ressoa pelas épocas e marcou a nossa maneira de pensar tremendamente, expõe claramente que, sem nos darmos a responsabilidade pelos nossos atos, pela nossa vida, pelo que fizemos e a qualidade do que fizemos, então não merecemos o dom da vida. Sócrates manteve-se fiel a estas suas crenças, como sabemos, acabando por ser condenado à morte e a recusar a sua salvação, que lhe foi oferecida da prisão, por isso significar que tomaria acusações dos crimes pelos quais ele tinha sido condenado como verdadeiras e que, pior ainda, se recusava a tomar responsabilidades por ter feito, confessadamente, tais ações. Assim, Sócrates tomou a cicuta, tendo feito uma examinação à sua vida para a fazer merecedora, e tomando assim responsabilidade pelos princípios que, por defender, o tinham trazido àquela posição.

Este exemplo que serve como base da filosofia ocidental serve de inspiração a muitos pensadores para igualmente rejeitarem o livre-arbítrio apenas para poderem rejeitar ao seu lado a responsabilidade pelas suas ações e pelas suas palavras; assim, pode-se dizer que a existência do livre-arbítrio é desejável, quer a nível de concretização pessoal, quer a nível de funcionamento da sociedade.

Só existe um problema com tudo isto – o que é desejável ou preferível ao ser humano não interessa minimamente à natureza da realidade. Era desejável que a água oceânica fosse consumível e, no entanto, isso não se verifica. Tendo aferido e exposto as duas hipóteses acerca do livre-arbítrio temos agora de responder à questão que foi colocada. Será a crença no livre-arbítrio uma ilusão?

Feita esta pergunta a várias pessoas diferentes, como com maior parte das perguntas, respostas diferentes virão, embora se trate de uma pergunta não tão subjetiva como factual, quase científica, já que estamos, de facto, a tratar acerca da natureza da realidade. De novo, isso também é frequente. Mesmo a perguntas objetivas que pedem respostas objetivas são dadas apenas repostas subjectivas

Esta pergunta acarreta consigo também outras, que virão depois, principalmente como consequência da sua resposta negativa. Se de facto a crença no livre-arbítrio é verdadeira, então qual é a natureza desse livre-arbítrio? Pode ser desligado, ou melhorado? Como é que o recebemos? Seremos todos, enquanto humanos, dotado dele? E as outras espécies? Cada uma destas perguntas se torna mais específica mas, se não tiverem uma resposta clara, porão em causa tudo aquilo associado à pergunta inicial, a qual estamos a tentar responder, pelo qual devem ser colocadas.

Feita esta pergunta ao Papa, por exemplo, ou a qualquer outro católico, ou pelo menos um católico minimamente informado acerca da metafísica envolvida na teologia da Igreja de Roma, ele responderá que sim, de facto, o ser humano tem livre-arbítrio. Excelente. Primeira pergunta respondida. Agora, vamos lidar com as outras. Se continuarmos com o questionamento do Papa acerca do livre-arbítrio, ele responderá que este foi uma dádiva de Deus ao ser humano, ao Adão e Eva primordiais, os quais a usaram para desobedecer a Deus e descobrir o bem e mal, causando a queda da Humanidade e o pecado original, condenando-nos à nossa existência ser como o é. Esse livre-arbítrio, tal como o pecado original, foram herdados, na perspetiva católica, pela descendência de Adão e Eva, a qual inclui toda a Humanidade, mas não os demais animais.

Ou seja, Deus vem e resolve-nos o problema. O assunto poder-se-ia resolver assim, e eu parava de escrever agora, se não fosse o facto de o Catolicismo, ainda que o nome signifique “universal”, não é a única igreja conhecida pelo Homem.

Por exemplo, se perguntarmos a Calvino ou a um calvinista o que ele pensa do assunto, ele poderia referir um dos credos da sua igreja – a predestinação. Este argumento coloca o dilema de que, sendo Deus onisciente, Ele sabe, desde o início dos tempos, todas as ações que foram feitas pelo Homem, e portanto a sua predestinação ao Paraíso ou Inferno.

Isto acarreta alguns problemas. Traz outra questão, que é “será possível o livre-arbítrio e o destino coexistirem?” Os autores dividem-se aí – alguns afirmam que o conhecimento de uma ação não implica a falta de liberdade por detrás dela. De uma maneira simples, colocar a um ser livre duas escolhas, mesmo sabendo qual é aquela que ele vai escolher, não consiste em lhe retirar a liberdade de escolher. Outros favorecem a lógica que, sendo o destino um fator externo ao Homem que, por definição, lhe regula as ações e comportamentos, por as ter predeterminadas, então este não é livre, como já foi definido anteriormente.

Em suma, com a existência de Deus como ser onisciente e do destino como produto dessa omnisciência, o Homem pode, segundo alguns autores, simplesmente perder o seu estatuto como ser dotado de livre-arbítrio. Outros dizem que Deus é a resposta à origem do livre-arbítrio, acrescentando que a sua omnisciência é compatível com a sua existência, e conseguem, a partir das Escrituras, responder à maior parte das perguntas que seguem à afirmação da existência do livre-arbítrio.

O problema com essa perspetiva é que se baseia numa crença base algo frágil, que é a existência de Deus que se mantem por provar, com muitos autores apelando à probabilidade que seja, simplesmente, impossível de provar. Muito simplesmente, é insensato recompensar um indivíduo por acreditar em Deus, como a maioria das igrejas defende acontece, quando esta crença se baseia num facto. Aceitar factos não é uma questão de fé, a recompensa da qual é o objetivo dessa crença religiosa. De qualquer modo, seja ou não possível provar a existência de Deus, o facto é que, até ao momento, nenhuma prova sólida o suficiente para ser considerada a uma escala universal foi adquirida pelo ser humano, pelo que o melhor é não basear argumentos nessa existência, por fragilizar a nossa força de argumento, levando a especulações baseadas em especulações, uma estrutura difícil de aguentar e termos de argumentação.

Assim, regressamos ao início, tendo apenas riscado o teísmo como uma explicação sólida para o nosso problema. Tendo descartado a religião, consultemos a ciência, a qual, em princípio, poderia responder-nos à pergunta como nós a preferimos respondida, sendo que o problema que foi posto à resposta religiosa, a falta de argumentos sólidos e plausíveis é, por definição, necessária para começar um argumento científico.

O livre-arbítrio refere-se ao pensamento humano. Logo, o estudo dedicado a essa função, caso esta exista, será parte da psicologia e da neurologia, como parte da biologia. Sendo o livre-arbítrio portanto, parte da mente, da maneira humana de pensar, da sua consciência, trata-se de contextualizar o pensamento humano, de um ponto de vista científico, em termos de origens e de processamento, para ver se, nessa procura, encontramos um nicho para colocar o livre-arbítrio.

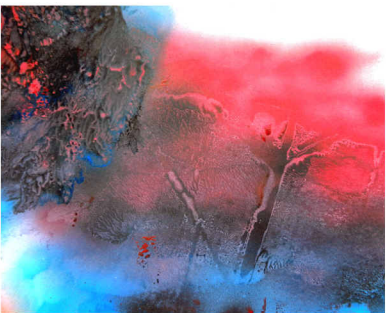
De onde vem a mente humana? O estudo da nossa biologia dir-nos-á que, tal como o nosso corpo, o nosso cérebro, evolui ao longo da História Natural da Terra, para formar a incrível máquina orgânica que é atualmente. Autores defendem, numa disciplina conhecida como psicologia evolutiva, que os comportamentos do Homem são reflexos daquilo que o fez sobreviver na pré-História. Sendo a psicologia evolutiva um dos ramos mais empíricos da disciplina, e tendo chegado aqui em busca de uma resposta sólida, talvez seja razoável seguir esse ramo para explorar as nossas possibilidades.



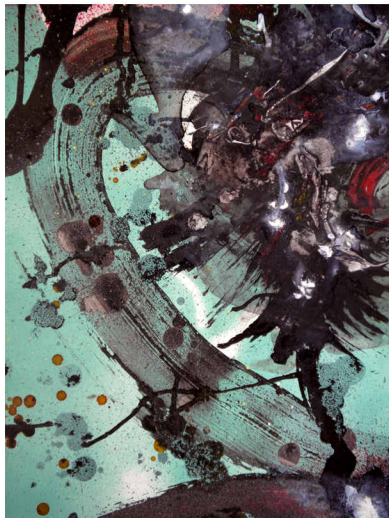
Ana Rita Fonseca



Barbara Lebre



José Gonçalves e Mónica Baginha



Vitor Cavalheiro



Vilma Ferreira



Mafalda Nunes

Vamos investigar alguns dos atributos humanos que são dados como justificação à existência de algo para além da mente, uma alma talvez, e que resposta a psicologia evolucionária dá — as nossas emoções, a nossa solidariedade, a nossa capacidade para amar. Para a psicologia evolucionária, esses reflexos vieram de uma seleção natural, que privilegiou o sentido social do Homem, fazendo sobreviver os grupos mais saudáveis entre os humanos cujos indivíduos, como aqueles dos grupos saudáveis, sentiam empatia, solidariedade e um desejo utilitarista de felicidade dos outros, permitindo um melhor funcionamento do grupo, que deverá ter ajudada à sobrevivência de indivíduos com essas características, transmitindo-as a novas gerações para se tornarem parte da consciência humana. Quer discordemos ou não das conclusões, ou mesmo que não concordemos na sua totalidade, podemos admirar como esta disciplina responde com alguma exatidão e lógica científica a problemas complexos da vida abstrata humana e admitir que a sua reposta ao nosso problema do livre-arbítrio poderá ser interessante.

Para responder ao livre-arbítrio, que nos fala acerca da capacidade humana de fazer decisões, e do porquê do ser humano fazer certas ações, podemos analisar a resposta que a psicologia evolutiva dá para avaliarmos os motivos por detrás do comportamento humano. Feita esta pergunta de um modo geral e, portanto, bastante simplificada, a disciplina tem uma resposta geral e simplificada. O ser humano comporta-se da maneira cujo organismo considera melhor para otimizar o espalhar dos seus genes para futuras gerações. Em suma, o ser humano comporta-se da maneira melhor para se reproduzir melhor. Claro está que isto é uma simplificação demasiado grande para ser desprovida de algum escrutínio mas, refletindo-se no assunto, a premissa é razoável — mesmo comportamentos considerados pouco produtivos na procura por maior nível de reprodução, como a escolha para ter menos filhos que a nossa sociedade tem feito, ou a homossexualidade que, se genética, teria grande preponderância a desaparecer rapidamente do código genético por inibir a reprodução fértil; mas ambas essas decisões têm sido comprovadas como sendo compatíveis com o instinto reprodutor — ter menos filhos ajuda a melhorar as condições de vida daquele que se tem, permitindo-lhe ter condições para ter mais descendência com iguais condições, o que poderá ser, a longo prazo, mais efetivo do que ter vários filhos dos quais não podemos tomar conta, justificando a existência contraintuitiva de tal comportamento reprodutor, e a homossexualidade tem sido demonstrada como, de certo modo, aumentar a capacidade de reprodução do indivíduo, marcando-o, em vários estudos publicados com diferentes espécies e ambientes em questão. Sendo assim, parece que a psicologia evolucionária aponta para um motivo inato para o comportamento humano e, portanto a não-existência de livre-arbítrio, mas apenas um “rolar de pedra”, como é citado no tópico, no sentido de responder ao instinto biológico de se reproduzir o mais e o melhor possível.

Claro que a questão não é assim tão simples, porque embora a resposta científica pareça apontar para a não existência de livre-arbítrio, existe sempre outros resultados, na procura científica, que alguns autores citam como sendo incompatíveis com esta resposta, os quais vale a pena mencionar nesta exposição.

Por exemplo, alguns autores apontam para a ciência quântica para derrubar o determinismo — quando visto ao nível dos eletrões, na verdade, o universo torna-se simplesmente arbitrário nas maneiras como funciona. Isso implica a não-existência de um destino calculável, sendo que as reações essenciais do que constitui o cosmos são imprevisíveis, impossibilitando a existência de um caminho único que o Homem seguiria, parecendo apontar para a possibilidade o livre-arbítrio existir. O problema com esse argumento é que o arbitrário não é liberdade. Argumentar que o mundo é basicamente aleatório não faz o Homem dotado de livre-arbítrio, apenas faz com que as condições que lhe tiram o livre-arbítrio sejam de um caráter mais incerto. Para o nosso caso, não existe diferença entre aquilo que nos controla as ações, fora do nosso controlo, o faça de uma maneira regular ou aleatória.

Mas a ciência, apesar de não ver o comportamento humano como sumamente livre nas motivações, admite de facto outro elemento interessante ao caso — a existência de uma consciência, ou seja um estado no qual o ser se apercebe das suas ações e de si próprio. Esta consciência é uma parte importante do que estamos a considerar, pois sugere que, mesmo que não tenhamos controlo nos motivos das nossas ações, nós temos perceção destas e de nós próprios, enquanto seres e enquanto membros de uma sociedade. Coloca-se a questão se isto é suficiente para nos considerarmos livres. Será que apercebermo-nos das nossas ações e de nós próprios constitui liberdade por si mesmo? Não será que a evolução nos tenha dotado apenas de uma motivação, de um instinto subconsciente de seguirmos certo caminho e, a partir da nossa consciência, que também nos foi dada pela evolução, conseguimos analisar o que fazemos e fazer de maneira livre, ainda que aconselhada por algo que é adquirido de fora?



Bernardo Pires



Martim Ribeiro



Mónica Baginha

Visto desta perspectiva, dir-se-ia que o ser humano tem livre-arbítrio; tal como não se pode dizer que aconselhar uma pessoa a fazer algo se trata de lhe tirar a liberdade nessa decisão, não se pode dizer que o instinto evolucionário para fazer algo impeça a nossa consciência de o fazer livremente. Nesse caso, chegando a uma resposta negativa à questão-problema, vamos analisar as questões que considerámos seguir a uma tal resposta e ver se o método científico lhes consegue responder com igual solidez. A natureza do livre-arbítrio é a consciência, e quando é desligada o nosso ser está, em maior parte dos casos, impedido de fazer seja o que for, num estado de inconsciência; se a consciência pode ser melhorada é uma pergunta mais relativa, porque traz a questão se o próprio ser humano se pode melhorar; recebemos essa consciência por fatores da evolução, de seleção natural, tendo melhorado as nossas capacidades de sobreviver e prosperar; todos os seres humanos conscientes, pensantes, são dotados de uma consciência e, segundo a declaração de Cambridge, uma lista grande de animais também o é, incluindo mamíferos, aves e outros animais como o polvo, embora esse tópico ainda seja discutido dentro da comunidade científica.

Embora alguns pontos destas repostas não sejam muito claros, são, em conjunto com outros métodos e práticas analisados, talvez o suficiente para chegarmos a uma resposta com significância para a questão-problema que foi posta.

Será a crença no livre-arbítrio uma ilusão?

Infelizmente, a única resposta sensível a que parecemos chegar é, temos motivos para acreditar tanto que sim como não. Esse é o busílis da questão. Aparentemente, para onde quer que nos viremos para resolver este problema, as conclusões a que chegamos acabam todas por ser ou contraditórias ou frágeis em argumentação. Em termos de lógica, tanto um lado como o outro tem os seus méritos, tem os seus argumentos, e as suas refutações do outro lado. E o problema a que chegamos nem sequer é a uma questão em que nenhum dos argumentos fica sem uma refutação plausível, no qual, citando Carl Sagan, seguiríamos o princípio de que “uma afirmação extraordinária necessita de uma justificação extraordinária”, e o princípio científico de que, em caso de dúvida, seguimos a opção mais simples, que provavelmente se revelará a correta.

Para o nosso caso, não podemos simplesmente seguir esse conselho (e seguir o princípio que o livre-arbítrio não existe, sendo que a afirmar inexistência de algo é uma afirmação menos extraordinária do que a sua existência), pois existem, para ambos os lados, argumentos por refutar que defendem a outra posição. Isso não querará dizer que temos de parar aqui, no entanto. Sendo seres humanos e, portanto, inevitavelmente um pouco parciais acerca de qualquer assunto, em especial um assunto tão relevante quanto a existência do nosso próprio livre-arbítrio, poderemos reservar a nós próprios um direito de julgar os méritos de cada um dos argumentos, deixados por refutar, e decidir a partir daí o que escolhemos defender.

Como tal, volto aos méritos de cada uma das posições, que já foram discutidos anteriormente neste ensaio. Se colocarmos primazia no pensador, e no que é correto para este atingir (de certa forma usaremos um pouco uma perspectiva deontológica, acerca de se fazer o que é correto, para lidar com este assunto), determinámos que a existência de livre-arbítrio, ou pelo menos o seu reconhecimento pelo ser humano, é preferível ao reconhecimento deste como uma ilusão, por motivos de fugir às responsabilidades pelas suas ações, algo que se opõe ao exemplo dado por tantas figuras que marcaram a nossa história. Poderíamos virar-nos para a religião para favorecer esse comportamento de reconhecimento dos nossos erros e responsabilização por estes, mas mesmo para pessoas menos adeptas de tais instituições podem concordar que a responsabilização do indivíduo pelos seus atos é melhor moralmente que a sua não-admissão.

Com uma perspectiva mais utilitarista da questão, visando qual das naturezas deste nosso livre-arbítrio, ilusão ou realidade, é preferível para atingir o bem-comum e a felicidade máxima do Homem, voltamos ao que foi discutido no início do ensaio — apenas com livre-arbítrio existente é a punição ou repreensão das ações humanas (ou a sua aclamação e recompensa) lógica. Sem esta, é injusto aprisionar pessoas por crimes ou dar medalhas a outras pessoas por atos que, por coragem ou altruísmo ou outro fator, contribuíram para o bem comum. Parece evidente que o utilitarismo beneficia com uma perceção na crença do livre-arbítrio como existente, e não como ilusão.

Considerando isto, eu tenho a tentação de colocar uma resposta negativa à questão que me foi feita, parecendo-me ser o melhor para qualquer uma das perspectivas éticas enunciadas a existência do livre-arbítrio, mas de novo estaria a mentir se o fizesse, uma ação imoral, o que poria alguma hipocrisia no que foi dito antes. Parece-me que, de facto, o livre-arbítrio possa ser tanto real como uma ilusão, e para a questão-problema a resposta será essa, por muito pouco que se pareça com uma resposta.



Livre Arbítrio II



Qual é propósito de viver, de todo, se não podemos influenciar nada, sendo apenas espetadores passivos da realidade, como passageiros involuntários de uma montanha-russa que segue um trilho pré-determinado?

Filipe Pereira

Ensaio produzido no âmbito das Olimpíadas Nacionais de Filosofia em Riba de Ave.



Rita Alexandra Ramos



Beatriz Félix



Mafalda Nunes

A tese do libertismo parece até, após uma examinação mais cuidada, tornar as nossas ações mais arbitrarias do que livres. Como? Ilustremos com um exemplo: imaginemos que o João está nas Olimpíadas da Filosofia, e está a tentar decidir que tópico desenvolver. Imaginemos que o João tem mais razões para escolher o Tópico A do que os outros, visto que, por exemplo, está mais familiarizado com esse tópico. No entanto, de repente, João decide exercer a sua liberdade radical, a sua causalidade de agente, e escolhe o Tópico B. Será que a ação do João em escolher o Tópico B foi mais livre do que a do João de um universo paralelo determinista que escolheu o Tópico A? A resposta parecer ser um claro não: a ação do João libertista foi simplesmente mais arbitrária que a do João determinista. O libertismo, então, não parece ser uma alternativa satisfatória ao determinismo.

Existe, ainda assim, uma última, distinta, alternativa: o compatibilismo, que como o nome indica, defende que o determinismo é compatível com o livre-arbítrio. Um compatibilista lembrar-nos-ia que a chave para resolver este conflito é simplesmente a nossa definição de uma ação livre. Esta definição, diz-nos o compatibilista, deve ser atualizada para ter em conta o determinismo. Soa simples, mas na prática é difícil chegar a esta definição. Uma primeira tentativa pode ser a seguinte:

Uma ação livre é uma ação que não é coagida.

Esta definição parece inicialmente satisfatória, mas apesar disso contém os seus problemas. O problema principal: a palavra “coagida”. Segundo um dicionário, uma ação coagida será uma que não é livre. A lógica desta definição, por consequente, é circular: Uma ação livre é uma ação livre. Será que existem definições melhores? Claro que sim:

Uma ação livre é uma ação que coincide com as intenções do agente que a realiza. No entanto esta definição, aparentemente sólida, também não resiste ao escrutínio. No caso de uma pessoa ser hipnotizada, as suas intenções poderiam ser alteradas, e como tal, quaisquer ações que esta realize intencionalmente durante o seu transe serão denominadas de livres segundo esta definição. No entanto, particularmente para a pessoa hipnotizada (após acordar do seu transe), esta conclusão parece intuitivamente errada. Concluindo, nenhuma definição satisfatória de uma ação livre foi atingida, e como tal, o compatibilismo mantém-se uma opção insatisfatória, apesar de atrativa. Antes de continuar, gostaria de comentar outra das implicações insatisfatórias do compatibilismo: a de os problemas filosóficos serem resolvidos simplesmente através de definições. Isto parece, de uma maneira geral, intuitivamente errado. Afinal, se isto fosse verdade, para resolver qualquer disputa filosófica bastaria verificar um dicionário. Esta implicação parece preocupante.

Existe uma última tese, que nega o determinismo, dizendo-nos que existem eventos que não são ligados a causas nenhuma, e que acontecem simplesmente “porque sim”. Esta tese denomina-se de indeterminismo, e chega a ter alguma credibilidade em termos científicos, visto que existem a nível quântico eventos que parecem verdadeiramente aleatórios. No entanto, um evento parecer ser aleatório não quer dizer que o é realmente, visto que este evento pode ter uma causa incógnita até agora. De qualquer maneira, esta tese acaba por cair no mesmo erro que o libertismo, visto que simplesmente torna as nossas ações mais arbitrarias e acaba por não ser uma tese mais satisfatória que o determinismo.

Assim chegamos ao fim da nossa exploração de alternativas ao determinismo. Parece que nenhuma delas é totalmente satisfatória, e como tal, não temos outra opção senão resignar-nos à possibilidade que não há nada de livre sobre as nossas ações. No entanto, será que isto quer dizer que devemos resignar-nos ao destino, deixar de nos esforçar ou tentar atingir objetivos, e até perdermos a vontade de viver? Não necessariamente. As alternativas ao determinismo, apesar de insatisfatórias agora, são passíveis de ser desenvolvidas em teses mais convincentes. A Filosofia é uma disciplina com muitas questões em aberto, muitas nuances, e onde nada é sagrado. Era bom se pudéssemos responder a todas as questões com uma resposta definitiva, uma verdade absoluta, mas a Filosofia não é uma disciplina de questões fáceis com respostas certas. O que é dado como verídico hoje poder ser duvidável amanhã, e o risível hoje pode ser aceite amanhã. A Filosofia é um diálogo de ideias em constante desenvolvimento, onde qualquer um com capacidade de raciocinar e pensar criticamente pode participar. Assim, apesar do determinismo ser de momento a resposta mais satisfatória ao problema do livre-arbítrio, não podemos aceitar as suas conclusões como verdades absolutas. Convido o leitor a exercer a sua capacidade de raciocinar e a chegar às suas conclusões sobre o problema – quem sabe, pode descobrir algo de novo.



Ana Rita Fonseca



Maria Beatriz Alves



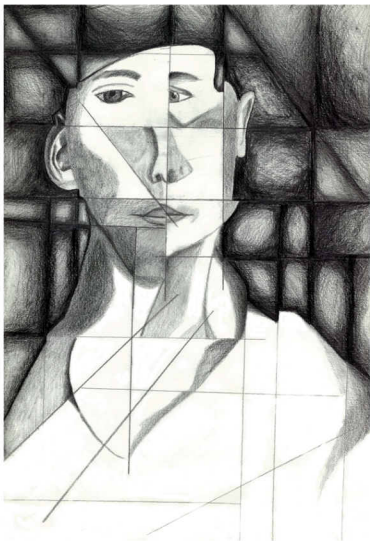
Teresa Cabral



Maria Beatriz Alves



Mónica Baginha



Afonso Sanches



Ana Rita Fonseca

Os Direitos Humanos em Questão

No debate entre as posições absolutistas e relativistas acerca do valor das ações, um dos maiores problemas na discussão realizada é que pode ser considerado fácil para ambos os lados encontrar objeções contra a posição mantida pelo outro.

Miguel Mauritti

Ensaio da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia realizado na ESMAVC em 24-02-2016.

«Em maio, Raif Badawi, um defensor dos Direitos Humanos e blogger saudita, foi condenado por “desrespeitar o Islão” e por criar um website (“Liberal Saudi Network”) que funcionava como um fórum para discutir os problemas da sociedade saudita. O tribunal teve mão pesada: dez anos de prisão, 1.000 chicotadas, dez anos sem poder sair do país, período esse que começaria quando saísse da prisão, e uma multa de cerca de 200 mil euros. Badawi estava detido desde junho de 2012, numa prisão de Briman, em Jeddah.

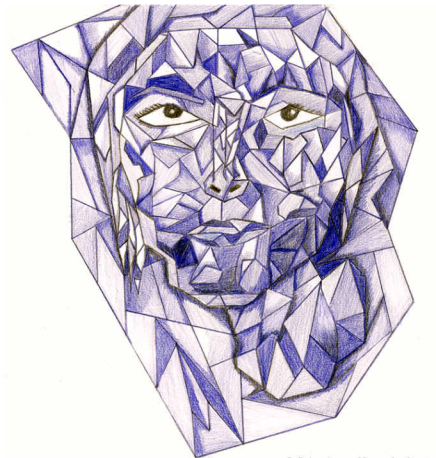
Em julho de 2013, a condenação ditou sete anos e três meses de prisão, 600 chicotadas e que o site teria de ser encerrado. No entanto, em dezembro desse ano, o tribunal que tutela os recursos aceitou o apelo de Badawi e cancelou a decisão do Tribunal de Jeddah. Foi preciso quase um ano para conhecer nova sentença, a tal que aconteceu em maio deste ano.

A Amnistia Internacional considerou o veredito “escandaloso” e instou as autoridades a anular a decisão. Na segunda-feira que passou, 1 de setembro, o blogger conheceu o resultado do recurso. Para surpresa do mesmo e do Centro do Golfo para as Direitos Humanos (CGDH), o tribunal não só manteve a pena, como decidiu que as 1.000 chicotadas fossem em público, no exterior da Mesquita Al-Jafali. “Foi ordenado que não pode haver mais de 50 chicotadas por sessão, com um intervalo de pelo menos uma semana”, pode ler-se num texto publicado na página online do CGDH.»

(Hugo Tavares da Silva, «Mil chicotadas em público para defensor dos Direitos Humanos», Observador em linha, 3/9/2014, in <http://observador.pt/2014/09/03/>, consultado a 11/1/2016.



Ana Ferreira



Mónica Baginha



Maria Beatriz Alves



Ana Ferreira

A Amnistia Internacional, que considerou o veredito das autoridades sauditas ‘escandaloso’, parte do princípio de que a pena imposta ao blogger Raif Badawi é objetivamente errada. Pensa que a Amnistia tem razão ou, pelo contrário, defende que o correto e o incorreto, o bem e o mal, apenas podem ser determinados pelos valores de cada cultura ou tradição?

No debate entre as posições absolutistas e relativistas acerca do valor das ações, um dos maiores problemas na discussão realizada é que pode ser considerado fácil para ambos os lados encontrar objeções contra a posição mantida pelo outro.

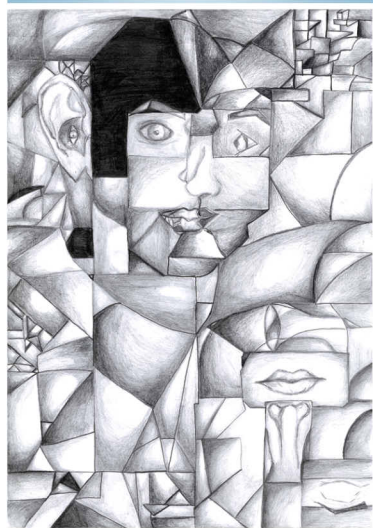
Por exemplo, para um indivíduo que se considerasse relativista na totalidade dessa ideologia, teria de aceitar, entre outras coisas, a decisão do tribunal saudita em relação à pena de Raif Badawi, considerando que, numa perspetiva saudita, uma sociedade conhecida por ser totalitária e extrema nas suas convicções islâmicas, numa cultura na qual objeções ao poder real e das autoridades religiosas são tradicionalmente consideradas injustificavelmente criminosas. Sendo os valores dessa cultura conhecidos por determinar as ações do blogger, de comentar e criticar a sociedade saudita, como ilegítimas, e as ações do tribunal, de sancionar e tentar corrigir, como explícita a lei da nação, esse comportamento com chicotadas, humilhação pública e censura, como corretos.

Este pensamento decorre pela parte de um relativista em qualquer ocorrência deste género, quando uma pessoa exterior à cultura critica e diz como errada o comportamento de indivíduos ao fazerem algo que, na sua cultura, é aceite ou mesmo necessário para uma boa moralidade. Pode-se considerar que um relativista será de facto uma pessoa extremamente tolerante, aceitando os motivos para que pessoas de outras culturas façam algo que na sua seria inaceitável. Esta tolerância poderia, no entanto, parecer menos respeitável se posta na perspetiva que significaria que ações como o Holocausto, completamente justificáveis no pensamento nacional-socialista que se tinha tornado a cultura daqueles que o perpetraram, entre várias outras desgraças da História, como a Inquisição, o escravagismo transatlântico, os conquistadores espanhóis no Novo Mundo, entre muitos outros, têm que ser toleradas nesta perspetiva, já que na sociedade em que foram perpetuados não eram considerados como imorais.

Um absolutista moral, no entanto, tomaria, muitas vezes, uma posição mais parecida com a da Amnistia Internacional, em considerar a sentença dada pelas autoridades sauditas como escandalosa (isto é, exceto se o indivíduo em causa partilhasse da opinião do governo da Arábia Saudita em como lidar com as ações de Badawi), com a corrente absolutista defendendo que de facto, existem ações que são universalmente corretas ou incorretas, independentemente da opinião de certas culturas ou indivíduos. Só tomando parte numa avaliação absolutista pode um indivíduo referir-se à punição de Raif Badawi como escandalosa, ou considerar o Holocausto escandaloso também. Para formar esta opinião, existe necessidade do indivíduo formar um conjunto de ações categorizadas como escandalosa e aplica-la a todo o conjunto da Humanidade, independente das suas opiniões, tanto como indivíduos e como membros de uma cultura, do assunto.

Existe claro, o problema de o absolutista ser acusado de intolerância e de se fechar às opiniões e costumes de outras culturas, e de arrogância ao pensar que a sua opinião, por virtude de ser a sua, seja aquela correta, em vez de qualquer outra das incontáveis existentes na totalidade da Humanidade. Chega, por exemplo, a questão do que será que faz este conjunto de atos morais e este imoral? Quem foi que ganhou autoridade suficiente para determinar tais posições para o resto da Humanidade seguir?

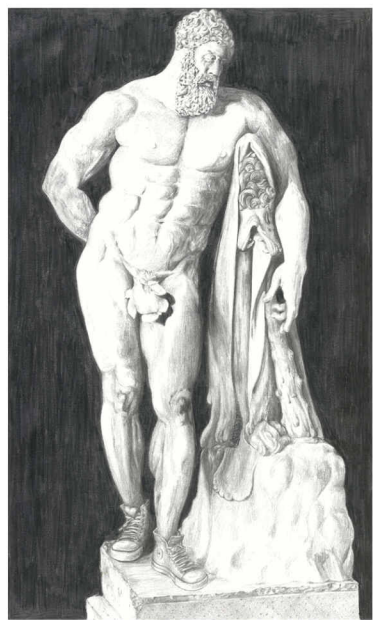
O argumento que se trata de um dado básico humano, que, por natureza, temos certos atos (matar, roubar, violar, ...) como fundamentalmente maus e outros como neutros ou bons, é falível no ponto em que, caso isso fosse realidade e a perceção moral fosse natural, e não adquirida, não existiria, por definição, discórdia entre os indivíduos no que é ou não moral, o que de facto não acontece, como atesta tanto o texto apresentado como a experiência enquanto seres humanos. Mesmo entre indivíduos da mesma cultura, e ao discutir aquele muitas vezes visto como “pecado maior”, o homicídio, encontraremos divergências acerca da sua necessária imoralidade, para alguns dependendo bastante do contexto e circunstâncias do caso.



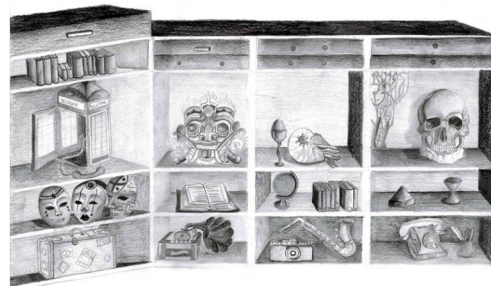
Andressa Meicosa



Mariana Elias



Margarida Lobato



Mariana Elias

Outros argumentos chamam a inspiração divina, entre outros, como o dador da moralidade humana. Argumentar como tal apenas causa mais questões, infelizmente, acerca da natureza dessa divindade, da sua própria autoridade no assunto (se todos os humanos obedecessem por a ordem vir do seu criador, haveria muitas mães muito mais felizes) e, claro, ter-se-ia que questionar e comprovar a sua existência para dar alguma validade ao argumento.

De facto, o não existir uma justificação que explique o absolutismo moral causa grandes problemas para quem o defenda. Sem uma explicação razoável que admita as suas origens e a sua necessidade, o absolutista fica sem o contexto necessário para poder considerar o seu absolutismo moral como factual e fica sem argumentos que justifiquem a sua aplicação universal, em detrimento de qualquer outro. A Amnistia Internacional, se não conseguir apresentar uma fundamentação razoável para que o adjetivo “escandaloso” se aplique à ação das autoridades sauditas, e não ao blog de Badawi, como estas defendem, não poderia considerar as suas ações erradas por motivo algum exceto aquele que, na sociedade em que foram educados, os autores dessa declaração, o era, como afirmam os relativistas tratar-se num caso destes.

O facto de os direitos humanos, compilados por, essencialmente, indivíduos de cultura e/ou educação ocidental, serem mais inseríveis numa sociedade ocidental é justificado muito mais facilmente por um relativista, apresentando esse argumento, do que qualquer absolutista convicto.

Afinal, considerar que os valores culturais de a maioria do planeta são inferiores àqueles em que o próprio foi criado poderia ser considerado, visto de fora, como muito arrogante do próprio.

No entanto, falta considerar se o absolutismo, mesmo falhando em encontrar uma justificação adequada à existência das compilações morais que faz e podendo ser, por isso, bastante arrogante ao admitir que as convicções de um indivíduo são, injustificadamente, não será, enquanto pensamento social, um mal necessário para o ser humano viver em sociedade.

Afinal, para se propor a existência de uma lei, ou seja uma norma que será aplicada universalmente sobre todos os indivíduos sobre a sua jurisdição, e tomada pelas pessoas como o curso de ação a seguir, temos de aceitar que essa lei é, sem dúvida, correta, em termos morais. Se dependêssemos da opinião do indivíduo e das condições em que foi criado para se reger, não existiriam leis universais sobre a sociedade, num estado de anomia, condição que pode ser facilmente avaliada como muito difícil de funcionar, em grande escala. E, sendo o objetivo dito da História aprender com

os seus erros, é impossível cumprir esse objetivo sem tomar uma opinião absolutista sobre a História, para se poder objetivamente evitar os problemas do passado que assolam o presente.

Nesta perspetiva, ter-se-á que seguir o absolutismo moral, e na minha opinião, neste caso, a Amnistia Internacional na sua objeção à sentença passada pelas autoridades de Jeddah. Embora o absolutismo moral não seja, de uma perspetiva científica, correto, faltando-lhe a justificação, e podendo, quando mal usado, resultar em pensamentos presunçosos de uma alegada superioridade cultural sobre outros, já que esta corrente é necessária para a existência de fatores sociais vitais, como uma lei organizada, universal e justa e uma aprendizagem correta da História e dos seus erros passados.



Mafalda Nunes e Sofia Fernandes



Daniela Costa

Sísifo e o Sentido da Existência

Somos lançados à nascença num mundo que não parece fazer sentido, onde o nosso destino é arbitrário, como se decidido numa lotaria fatal.

Filipe Pereira

Ensaio da pré-seleção para as Olimpíadas Nacionais de Filosofia realizado na ESMACV em 24-02-2016.

«Albert Camus fez uma célebre comparação entre a vida e o mito de Sísifo, o qual foi condenado pelos deuses a fazer rolar uma pedra enorme até ao cimo de uma colina para logo deslizar para baixo outra vez, tendo Sísifo de recomeçar tudo de novo. Este processo fútil repetir-se-ia para sempre; mas Sísifo, disse Camus, pode ser feliz abraçando este destino, e também nós podemos ser felizes aceitando que o nosso destino e também, do mesmo modo, absurdo. Antes do encontro do esperma e do óvulo, nada somos. Nascemos, vivemos, esforçamo-nos por dar sentido às nossas vidas e, de repente, o nosso coração para e deixamos de existir. Podemos, se quisermos, esperar e gritar, protestando contra a falta de sentido de tudo isto, ou podemos andar para a frente e, mesmo não encontrando a felicidade, encontrar pelo menos algumas razões positivas para viver.»

(Julian Baggini, Philosophy. All that matters.)

Pensa que a vida é uma ‘correria’ sem sentido ou pensa que podemos conduzir a nossa existência de modo a torná-la ‘importante’?



Inês Aragão



Bernardo Pires

Não acredito que as duas opções apresentadas se excluam mutuamente. É possível, que mesmo que a vida não tenha sentido inerente, nós ainda assim poderemos, através das nossas escolhas, torná-la significativa.

A vida como Camus nos diz, corretamente, é por natureza, absurda. Somos lançados à nascença num mundo que não parece fazer sentido, onde o nosso destino é arbitrário, como se decidido numa lotaria fatal. As nossas escolhas parecem não ser significativas, pois não só nunca poderemos ter a certeza do mundo exterior, e como tal a importância das nossas escolhas nele, como após uma existência (relativamente) curta, a nossa frágil vida cessa, tão subitamente como começou, tão arbitrariamente como começou, e somos condenadas a uma eternidade de não-existência, de irrelevância, sem sequer termos o luxo de pensamento, da consciência.

Face a esta realidade cinzenta, amoral, incerta, aleatória e absurda, é fácil desesperar. A vida parece não ter sentido e como tal, as nossas escolhas e ações nunca terão importância. Mas teremos nós de nos resignar a uma existência como a de Sísifo, fútil e sem significado? A resposta é claramente negativa. A vida não tem sentido, mas isso não é negativo – pelo contrário, é um claro benefício. Uma vida com um sentido predeterminado seria monótona, e demasiado certa – não temos escolhas, a vida não teria interesse, não seria excitante. Uma vida sem sentido, por outro lado, é uma tela em branco. Nós decidimos o nosso destino. Nós fazemos com que a nossa vida valha a pena viver. A existência é curta e a realidade incerta – mas e então? Uma existência que durasse toda a eternidade seria entediante, e a incerteza da realidade não dever usada como desculpa para a nossa passividade – é um facto que temos de aceitar, tal como o nosso destino.

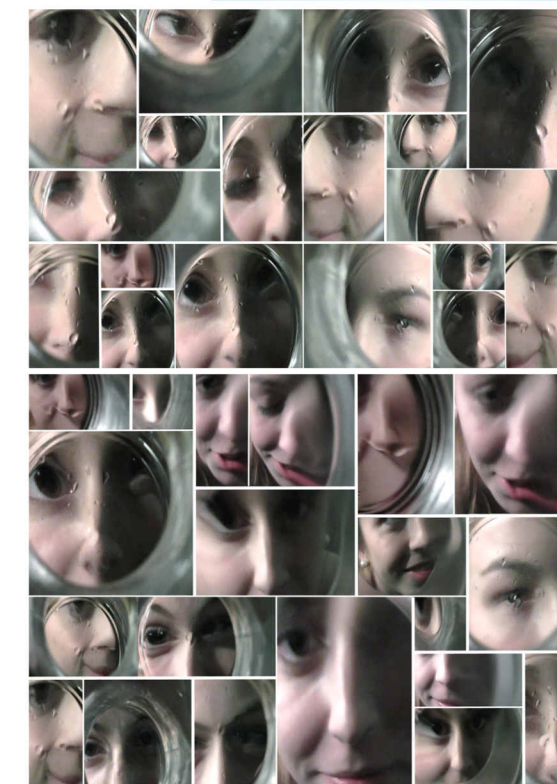
Como demonstrado, então, a vida pode ser verdadeiramente caracterizada como uma “correria” sem sentido – mas isto não pode ser usado como desculpa para a passividade ou para a apatia, pois a nossa existência, ainda assim, pode ser guiada de forma a esta se tornar significativa.



Beatriz Félix



Simão Loureiro



Laura Mendes

The Matrix

A presença de elementos filosóficos no mundo do cinema torna-se cada vez mais considerável e fundamental: são filmes que nos tocam e nos levam a pensar sobre nós próprios e tudo o que nos circunda, carregados de doutrinas filosóficas que nos ensinam mesmo sem nos apercebermos.

Jéssica Pedro e Marta Santos

Perante a visualização do filme *The Matrix*, realizado pelas irmãs Wachowski e lançado em 1999, surgiu-nos uma reflexão filosófica sobre este mesmo assunto, articulando as matérias lecionadas no secundário na disciplina de Filosofia com a realidade cinematográfica. A película é protagonizada por Keanu Reeves, Laurence Fishburne e Carrie-Anne Moss e, em 2002, foi considerada uma das mais vistas da história do cinema.

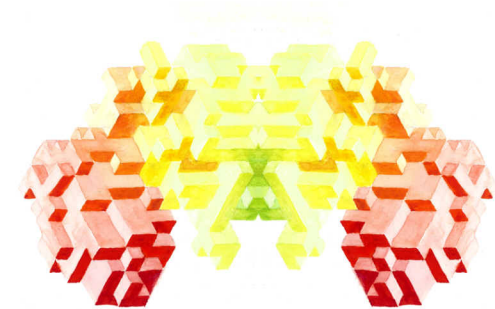
Primeiro que tudo, de que trata *The Matrix*? Thomas Anderson (Keanu Reeves) é um homem que vive duas vidas. De dia, ele é um programador de computador comum e, de noite, um hacker conhecido como Neo. Neo sempre se questionou sobre a realidade, mas a verdade ultrapassa tudo o que ele possa imaginar. Neo é, então, alvo de perseguição da polícia quando é contactado por Morpheus (Laurence Fishburne), um hacker lendário, marcado como um terrorista pelo governo. Morpheus chama Neo para o mundo real, um deserto devastado, onde a maioria da humanidade foi capturada por uma casta de máquinas que vivem do calor dos seres humanos e da energia eletroquímica, aprisionando as mentes humanas dentro de uma realidade artificial conhecida como a Matrix. Revoltando-se contra o sistema, Neo alia-se a Morpheus, e à sua equipa, para regressar à Matrix e enfrentar os agentes: superpoderosos programas de computador dedicados a extinguir Neo e toda a revolta humana.



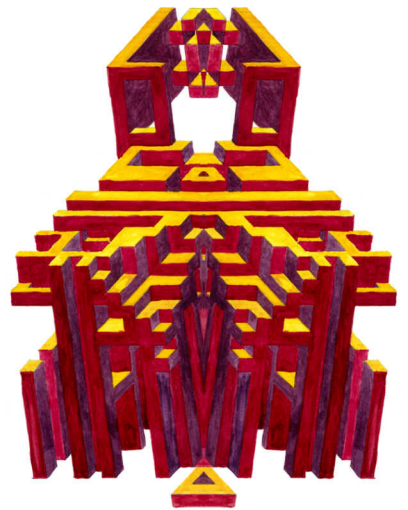
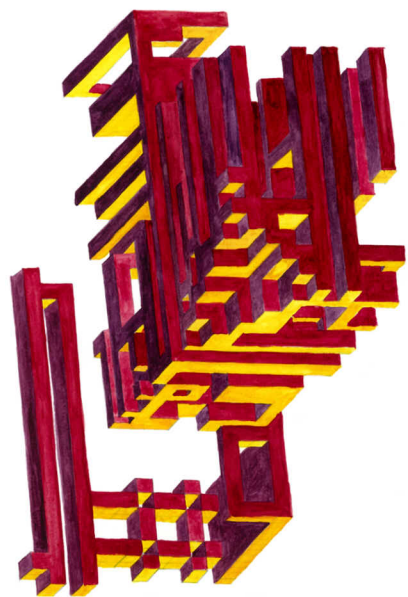
Filipa Carvalho Dias e Maria Carolina Nunes



Marcelino Messias e Rafael Vasconcelos



Margarida Lobato



Martim Ribeiro

Este filme é um resultado da estética pós-moderna, faz uma combinação de vários aspetos, como filmes de ficção científica, filosofia, religião e a literatura cyberpunk (movimento literário do género da ficção científica, que une as altas tecnologias com o caos urbano, sendo considerado como uma narrativa tipicamente pós-moderna).

Sendo esta uma tese presente numa revista de filosofia, decidimo-nos focar em alguns dos aspetos filosóficos presentes no filme, tais como: a indistinção vigília-sono de René Descartes; a objeção da máquina das experiências, de Robert Nozick, à ética de John Stuart Mill; e, por fim, a alegoria da caverna, elaborada por Platão.

Começando pelo argumento da indistinção vigília-sono, este diz-nos que uma vez que a vivacidade e a intensidade de certos sonhos nos convencem muitas vezes de que estamos a ter experiências reais quando na realidade estamos apenas a sonhar, não temos forma de distinguir as nossas experiências de vigília daquelas que temos quando sonhamos. Este exemplo cartesiano é abordado no Matrix quando Morpheus, de modo a explicar a Neo o que a Matrix era, lhe pergunta: “Já tiveste um sonho, Neo, em que tiveste quase toda a certeza que era real? E se fosses incapaz de sair desse sonho? Como é que saberias a diferença entre o mundo do sonho e o mundo real?”. Assim, Morpheus comparou a Matrix ao mundo do sonho, demonstrando que esta era uma prisão, uma espécie de sonho infinito que aprisionava todas as mentes humanas, sem que estas se apercebessem.

A máquina das experiências é uma das mais importantes experiências mentais no mundo filosófico. É muitas vezes referida como uma objeção ao utilitarismo de Stuart Mill e à ideia de que a felicidade tem um valor intrínseco, supremo e insubstituível. Esta experiência consiste na ideia de que temos à nossa disposição uma máquina que é capaz de nos fornecer as experiências que mais desejamos. Poderíamos optar por ser alguém totalmente feliz, sem lugar para tristeza ou aborrecimentos. Ao nos conectarmos à máquina, estaríamos a perder o contacto com a realidade. O que é, então, mais importante? A felicidade ou a consciência da realidade? É importante questionar-se, como referiu Nozick, “Ligar-se-ia à máquina?”. No filme, Morpheus estende a Neo dois comprimidos: um azul que lhe possibilitaria a hipótese de voltar à Matrix e viver no mundo da ilusão, regressando à sua vida ilusória e monótona; e um vermelho, que lhe daria a noção da realidade, neste caso, o facto de os seres humanos não serem autónomos, mas sim controlados, usados e abusados por inteligências artificiais. Desta forma, a Neo é-lhe dada a hipótese formulada por Nozick, os comprimidos simbolizam a hipótese de se ligar à máquina da felicidade intrínseca ou não. O protagonista optou, desta feita, pelo comprimido vermelho e, assim, permaneceu em contacto com a verdade nua e crua. Com esta ação Neo opôs-se à ética de John Stuart Mill, que afirmava que a ação moralmente correta é aquela que maximiza a felicidade para o maior número: para ele, ter permanecido na Matrix era a opção moralmente mais correta que Neo tinha em mãos.

O mito da caverna, apresentado por Platão no livro VII da sua República, é uma das referências filosóficas mais identificadas pelos críticos em Matrix. Este mito, também conhecido por alegoria da caverna, é um dos textos filosóficos mais lidos. A alegoria da caverna retrata a vida de um grupo de homens que nasceram e cresceram dentro de uma caverna. Estes sujeitos estavam presos por correntes e só podiam olhar para uma parede, que era iluminada pela luz de uma fogueira, onde estavam projetadas sombras, e essas sombras e longínquos ruídos vindos de fora da caverna eram tudo o que aqueles homens conheciam. Como não tinham outro tipo de conhecimento, não viam nem ouviam outra coisa sem ser aquela realidade, eles acreditavam que aquilo era tudo o que existia. Um dia, um prisioneiro soltou-se e viu que tudo o que pensava ser verdade não passava de uma mera mentira. Ao alcançar o mundo exterior, ao início ficou ofuscado pela luz do sol, quase como que cego, e sentiu vontade de fugir e voltar para a caverna. No entanto, continuou e, à medida que os seus olhos se adaptaram à luz, o homem começou a ver a realidade que sempre esteve oculta durante toda a sua vida. Podemos, então, facilmente conectar este mito ao The Matrix. No filme, a caverna é representada pela Matrix, já que esta realidade eletrónica é a única realidade que as mentes humanas (adormecidas) conhecem, tal como a caverna era o único mundo que os prisioneiros conheciam. Na alegoria platónica, certo dia um homem desperta para a realidade e, na película, este homem é Neo. Neo, quando contactado pela equipa de Morpheus, começa a despertar e a querer descobrir a verdadeira realidade que sempre esteve invisível durante toda a sua vida. Com uma reação semelhante à do prisioneiro, Neo também quis hesitar no início, mas esqueceu todo o mundo e descobriu a realidade verídica tentando adaptar-se a esta.



Ana Ferreira

No mito, o humano ao ver tudo o que lhe tinham estado a esconder, sente a necessidade de voltar à caverna de modo a resgatar os seus companheiros, embora corra o risco de não ser levado a sério ou mesmo de colocar a sua vida em risco, já que passar da claridade do mundo real para a escuridão da caverna o poderia “cegar”. Neo também sente esta pressão, correndo diversos riscos ao colocar-se na mira da Matrix, quando, no filme, ele resolve voltar a infiltrar-se nesta de modo a salvar Morpheus, metendo-se numa missão que poderia ter sido fatal.

A presença de elementos filosóficos no mundo do cinema torna-se cada vez mais considerável e fundamental: são filmes que nos tocam e nos levam a pensar sobre nós próprios e tudo o que nos circunda, carregados de doutrinas filosóficas que nos ensinam mesmo sem nos apercebermos. The Matrix não é exceção. E se estamos nós conectados a uma Matrix? Estaremos nós acordados? Será a realidade algo que não conhecemos? Será a Terra uma mais agradável caverna? Como disse o grande Platão, “Uma vida não questionada não merece ser vivida” e reside, aí, o mérito do amor à sabedoria.

Ciência e Utopia: O Impacto da Tecnologia nos Sistemas Políticos

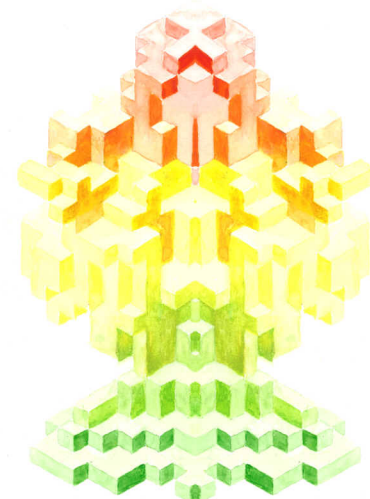
Uma observação em como a tecnologia e a ciência humana mudaram a forma como a nossa sociedade se gere a si mesma, no passado, presente e futuro

Miguel Mauritti e Gabriel Gonçalves

Para este artigo, decidimos investigar qual é, exatamente, o impacto que as tecnologias com que lidamos ao longo da vida e que foram aparecendo ao longo da História humana tiveram, têm e terão na organização dos sistemas políticos de cada sociedade. Essa procura levou-nos a sondar por vários documentos referindo-se à construção de várias civilizações da história humana, de Roma e Atenas à China Comunista, à maneira como as populações reagiram às tecnologias à medida que estas passaram a fazer parte da sua maneira de viver e como, em Portugal, as mudanças quer no nível científico quer social na Europa e no mundo influenciaram a nossa história e a história da nossa democracia. De modo a iniciar a explicação de qual é exatamente a relação entre a tecnologia de um período histórico e o seu sistema político, temos de ir ao início da própria História Humana e, a partir desse ponto, analisar a sua evolução, focando-nos na maneira de como as sociedades humanas se geriram e nos recursos que tinham à sua disposição num mesmo período e espaço físico, de modo a tentar estabelecer uma relação entre esses dois factores

Assim, vemo-nos confrontados com o homem primordial. Era uma criatura que, embora tenha em toda a anatomia as mesmas qualidades que as nossas, ainda não tinha levado a cabo a evolução mental que produziu a nossa civilização. A sua língua era primitiva, os seus costumes simples e ligados ao mundo natural e empírico, e as únicas ferramentas com o qual estava equipado, dos seus antepassados não tão humanos eram pedras afiadas, paus bicudos e, claro, o fogo. Este homem vivia da caça e da recolha, atividades que precisavam de um grande território para sustentar um grupo reduzido de pessoas, obrigando à sua organização em pequenas comunidades nómadas.

Nessa sociedade paleolítica, o ser humano não teria necessidade ou capacidade para formar um sistema político muito organizado; vivendo em grupos pequenos e familiares, não haveria necessidade para regras ou hierarquias estabelecidas para além de um código de conduta implícito e um líder familiar, e não haveria capacidade de colocar tais leis em prática, ou de as passar para a posterioridade intactas.



Margarida Lobato



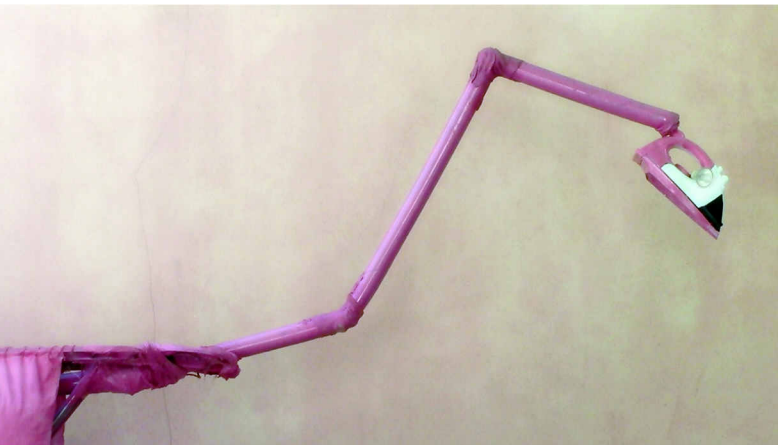
Rita Alexandra Ramos



Simão Loureiro



Gabriella Menezes



Joana Augusto

A tecnologia que nos retirou desse estado foi a agricultura. Na sociedade neolítica, o modo de viver humano foi revolucionado. Este era agora capaz de produzir o seu próprio sustento em vez de ter de o perseguir no meio selvagem. A agricultura permitiu que o Homem abandonasse a vida nómada e se fixasse numa localização para a vida; o sedentarismo.

O aumento da população dos agrupamentos teve o efeito de fazer perder a familiaridade que existia entre os membros da sociedade paleolítica. Assim, tiveram de ser implementadas regras para reger esses grupos maiores de pessoas, embora essas regras não tivessem um suporte que as legitimasse ou as transmitisse para a posterioridade, como a escrita, trazendo a sua alteração e a sua corrupção ao longo do tempo. O líder desse sistema político seria mais bem definido, e a sua posição não teria de advir exatamente da força física mas teria de ter a capacidade de derrotar adversários políticos, pois a hierarquia, tal como as regras, não seriam muito sólidas.

A invenção da linguagem escrita, que esteve associada a um período de aumento populacional, devido à continuação do melhoramento das técnicas agrícolas, trouxe um novo período para a História humana. De facto, é com a invenção da escrita que a História propriamente dita começa. Permitindo uma maior organização, a escrita elevou os agrupamentos humanos a cidades verdadeiras, com grandes grupos de pessoas que tinham de ser geridos, levando ao aparecimento da cidade-estado, a polis grega. A hierarquia também estava organizada, sendo fixa nos métodos de eleição ou nomeação para colocar os líderes no poder, como eleições organizadas democraticamente, embora esta democracia fosse muitas vezes passada por cima por indivíduos para manterem o poder nas suas mãos. Um excelente exemplo histórico deste sistema é aquele da cidade-estado (polis) dos Helenos antigos, na era clássica, na qual as cidades se regulavam a partir de regimes organizados e consistentes ao longo do tempo.

No fim dos séculos antes da era comum, vemos as cidades estados a serem absorvidas por grandes impérios, que se formam a volta de um único centro urbano e vão para dominar grandes territórios, por vezes em vários continentes. Roma forjou o seu caminho para domínio do mundo conhecido a partir de fogo, aço e estradas. Progressos nas tecnologias militares, como o melhoramento do manusear o aço e o uso de estratégias mais desenvolvidas permitiram que um grupo mais reduzido de soldados treinadores fosse militarmente superior a hostes maiores mas menos organizadas. Acompanhado com o uso da locomoção equestre e a construção de estradas e outros viadutos, permitiu que uma potência centralizada numa metrópole dominasse um grande território.

Ao longo do período clássico, à medida que o conhecimento humano acerca de assuntos como a produção metalúrgica e as estratégias marciais foi sendo expandido, começou a existir uma divergência no poder militar entre as cidades-estado, com a hegemonia de umas sobre outras, começando a formar os seus impérios, ou acabando por encontrar um adversário que as fizesse cair. Exemplos de algumas dessas cidades-estado que formaram os seus impérios são Atenas, Cartago e Roma. Ao formar os seus impérios, baseados na metrópole de onde vieram os conquistadores, essas cidades aplicaram o seu código de regras e social aos territórios que ocuparam, regidos por governadores

com ordens para aplicar as leis usadas na cidade para as vastas extensões do império. Isso provocou a existência de um corpo de lei idêntico em todo o território.

As vias de comunicação permitiram também que as atividades do império fossem centralizadas na metrópole, aumentando assim a sua hegemonia política. Esta centralização das atividades e dos recursos permite que estes sejam geridos com melhor rentabilidade, permitindo dedicar mais recursos à expansão do império, tornando-o mais forte.

As vias de comunicação acrescidas também puseram os vários povos sob o império em contacto uns com os outros, permitindo trocas de ideias a um nível nunca visto anteriormente. Isto leva a um aumento da velocidade da evolução científica, bastante dependente

nessa troca de ideias, permitindo ao império tornar-se mais sólido e poderoso ao longo do tempo.

Existem 1800 anos entre a formação dos impérios antigos e o século XVIII, que é examinado de seguida. Esses quase dois milénios de história não serão incluídos de modo a focar na grande importância do período que antecedeu o contemporâneo diretamente, passando a examinar a sociedade europeia no século XVIII, o período do Ancien Régime.

O século XVIII foi conhecido por uma era de opulência, demonstração de riqueza e poder, e da elevação da monarquia ao seu estado de absolutismo, toda uma época representada na pessoa do Rei-Sol de França, Louis XIV. Pelos impérios europeus, o poder estava na produção das terras agrícolas, e essas terras estavam sob o poder da antiga nobreza, que as tinha herdado de antepassados de séculos anteriores; os plebeus vivam sob o seu domínio, produzindo para o senhor e aumentando o seu poder económico¹⁶, com o direito à voz política vindo do estatuto familiar e social do indivíduo, reforçado pelo poder económico da altura.

A Revolução Agrícola correspondeu a uma evolução da tecnologia de trabalho agrícola na qual a produção passou de extensiva a intensiva, em larga escala, tirando as terras dos pequenos proprietários e pondo-as no poder da nobreza de terra, aumenta o seu poder ainda mais, e levando ao êxodo rural, com as massas populares a moverem-se para as cidades, à procura de melhores oportunidades.

Nas cidades existiam indústrias de manufatura artesanal, a maioria da qual estava nas mãos dos burgueses. Estas indústrias eram de menor poder económico do que as agrícolas, por não terem tanta capacidade de produção, e portanto isso restringia o poder económico das classes populares urbanas.

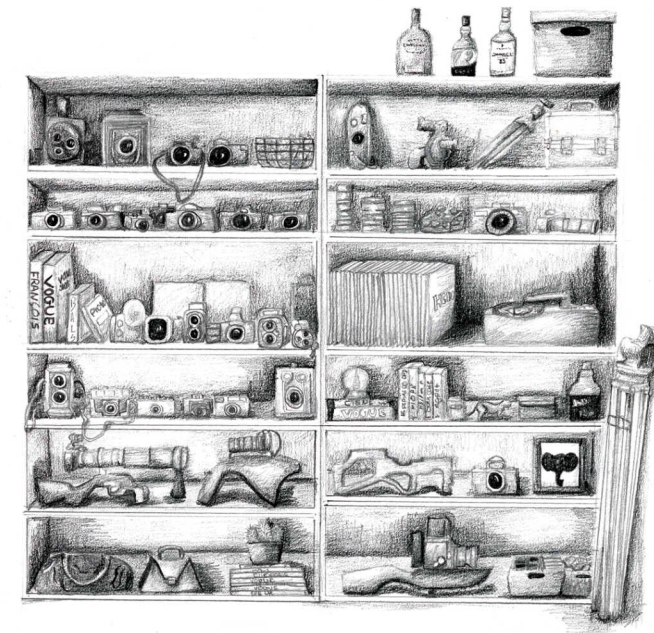
Nesta sociedade altamente dependente da atividade agrícola, o poder económico encontrava-se nas mãos daqueles que possuíam terrenos agrícolas, isto é, a velha nobreza de sangue com terras aráveis. No período imediatamente anterior à revolução industrial, houve uma tendência da parte dessa nobreza para uma monopolização privada do setor agrícola no continente europeu. A uma escala estatal o absolutismo tinha posto toda a responsabilidade legislativa nas mãos do monarca.

Essa Revolução Agrícola causou um grande êxodo rural, à medida que diminuía os números necessários para mão de obra rural, obrigando as classes mais baixas a mudarem-se para as cidades maiores, à procura de empregos e melhores condições de vida. Essa onda de imigração urbana provocou um aumento do desemprego e da pobreza nas cidades, causando instabilidade e descontentamento.

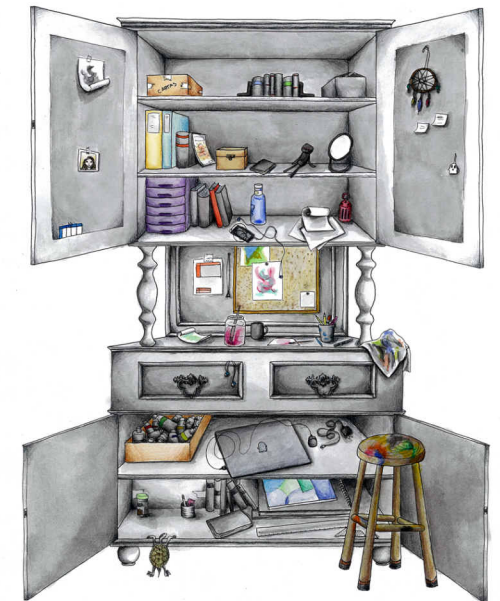
A burguesia urbana, a classe média com mais recursos que os populares mas sem a qualidade de donos de terra e de aristocrata que existia na nobreza, era igualmente deixada fora, em grande parte, do sistema político, ou pelo menos não tinha tantos direitos quanto a nobreza e o clero, que eram privilegiados sob o Ancien-Régime. Proprietários de indústrias artesanais nos centros urbanos, eram restringidos pela necessidade de pessoal especializado e pelo limite de produtividade e perfeccionismo inerente a uma atividade manual, deixando as suas atividades económicas nas cidades aquém do poder económico conseguido na produção agrícola, da qual o lucro ia para as famílias nobres proprietárias do terreno e para a Coroa.

A queda do Ancien-Régime, começada nas últimas décadas do século XVIII e estendendo-se para lá da primeira metade do século XIX, foi um período de revoluções, guerras e mudanças sociais, económicos e culturais que deixariam a sua marca na Europa e no mundo na forma de constituições, nacionalismos e cabeças a rolar no chão.

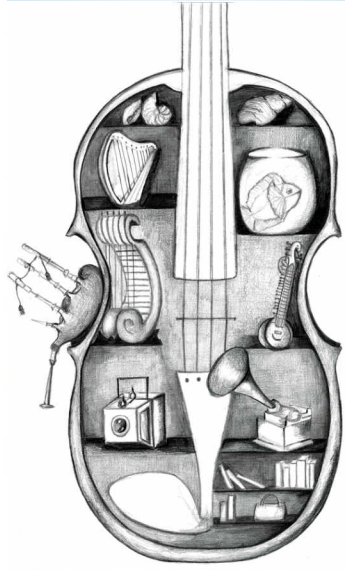
Num período de 1789 (a queda da Bastilha) a 1871 (a queda da Comuna de Paris), o continente europeu tremeu com um desfile de revoluções e guerras que destruíram os sistemas imperiais implantados anteriormente, do Ancien-Régime com a monarquia em função de unir o estado e as suas pessoas a fazer nascer noções de democracia, direitos do cidadão e nacionalismo. Depois de décadas de combate entre os movimentos revolucionários e reacionários o absolutismo colapsaria para dar lugar à monarquia liberal e constitucional, com a burguesia industrializada no poder desse sistema.



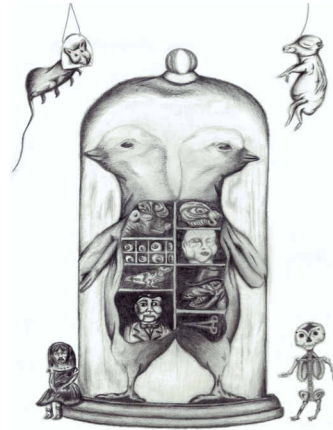
Beatriz Rocha



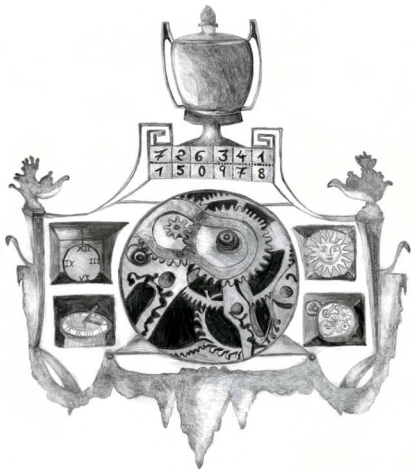
Ana Ferreira



Matilde Pinho



Ana Rita Fonseca



Vilma Ferreira

Nas grandes cidades da Europa, começando em Paris mas estendendo-se a outras metrópoles, a pobreza e a insatisfação popular levaram os populares a erguer-se contra o poder estabelecido, da nobreza aristocrática, e a deitá-lo abaixo na esperança de um melhor futuro. O grande vencedor deste período conturbado da história europeia foi a burguesia industrial, que ficou no poder dos regimes e continuou a expandir as suas operações no sistema capitalista e oligárquico que fundou após a queda do Ancien-Régime.

A revolução industrial, que percorreu as grandes cidades europeias no final do século XVIII, aumentou exponencialmente o valor económico das produções fabris das quais a burguesia urbana era proprietária. Isto causou uma mudança do poder económico para ficar sobre a hegemonia dessa mesma burguesia, a qual não tinha poder político no Ancien-Régime, e se sentia ressentida por esse facto. Essa mudança de poder aconteceu ao mesmo tempo que as populações das cidades ficaram, devido à Revolução Agrícola, na pobreza e descontentes do poder político da altura, a monarquia e a nobreza, que tinham perdido a hegemonia económica contra a burguesia, que apoiava os movimentos revolucionários.

Quando as classes baixas das cidades se voltaram contra o poder instituído, na forma da Bastilha Francesa, e financiadas pela burguesia das cidades, que lhes davam os fundos e o carácter intelectual necessário ao sucesso revolucionário, o sistema absolutista colapsou, culminando com o fim da monarquia francesa e a execução régia na guilhotina. A restauração monárquica absoluta após a derrota nas Guerras Napoleónicas acabou por falhar por esse motivo – o Ancien-Régime não era funcional com a nossa situação socioeconómica do continente. Ao longo da primeira metade do século XIX, a Europa foi abalada pelos ideais lançados na revolução francesa, e pouco a pouco a vasta maioria das monarquias europeias teve de conceder ao liberalismo, ao constitucionalismo, aos direitos humanos e a colocar o poder legislativo nas mãos do poder económico, que se encontrava na burguesia.

Com a queda da Comuna Parisiense em 1871, pareceu a muitos que a Europa teria finalmente estabilizado, depois de quase um século de repetidas revoluções e guerras que marcaram a primeira metade do século XIX; nunca na história humana houve gente tão errada. Pouco depois da sociedade europeia ter estabilizado dos efeitos das revoluções industriais e liberais, uma nova onda de progresso tecnológico abalou o continente – a chamada de Segunda Revolução Industrial. A Segunda Revolução Industrial trouxe consigo toda uma nova série de produtos e invenções que marcaram o quotidiano europeu no final do século XIX e no princípio do século XX, como o comboio a vapor, o automóvel e mais tarde o avião e, a nível de comunicações, o telégrafo, o rádio e posteriormente a televisão. No entanto, não foi a natureza do que era produzido que marcou mais a Segunda Revolução Industrial, mas a maneira de o produzir – com o objetivo de vender às massas populares.

O chamado fordismo, cunhado do nome do industrialista americano Henry Ford, foi o sistema de produção em série dos produtos, que Ford usou na sua marca de automóveis, permitindo a sua produção em massa a custos baixos o suficiente para que um simples operário pudesse, um dia, comprar um carro, aumentando o consumo da sua empresa, estratégia que o permitiu enriquecer bastante.

Esta técnica de produção foi usada em todos os produtos que poderiam interessar ao consumidor, desde eletrodomésticos como máquinas de lavar a roupa, a jornais e imprensa que o cidadão comum quisesse ler a novas tecnologias como o rádio, o telefone e a televisão.

Quando o período vitoriano chegou ao fim (a Rainha Vitória do Reino Unido morreu em 1901 mas muitos autores colocam 1914 como um final mais apropriado para esse período da história europeia), e nas décadas que se lhe seguiram, o cidadão comum em muitos países da Europa tinha mais comodidades do que em qualquer outro período da história humana anterior e um poder de compra de produtos bastante grande, devido às técnicas iniciadas pelo fordismo.

Isso permitiu que, no lar normal, existisse um aparelho de comunicação social, como o rádio ou a televisão, e que o movimento de pessoas e ideias, a partir do comboio, automóvel ou telégrafo, se tornasse mais rápido e comum e que essas ideias, por meios de comunicação via rádio ou televisiva, fossem distribuídas para os cidadãos, que assim ficavam informados dos assuntos políticos, permitindo desenvolver uma opinião acerca destes e interesse em tomar parte do sistema que os regia.

Com essa abertura do cidadão aos ideais políticos e às questões sociais, a sociedade evoluiu para um regime que estava sustentado na opinião das massas acerca deste. O seu apoio tornou-se imprescindível para a sobrevivência dos governos, e não apenas o apoio da burguesia com poder económico, como acontecia no primeiro período industrial. Esta mudança levou ao aparecimento das ideologias que punham o cidadão como elemento crucial no seu desempenho, mesmo não sendo democráticas. A democracia, o fascismo e o comunismo, por exemplo, baseiam a sua plataforma no apoio das massas ao regime.

Esse enquadramento tem significado hoje em dia ao termos em conta que, durante a última geração, houve uma nova revolução tecnológica, a revolução digital, à qual bastantes autores já apelidam da Terceira Revolução Industrial. Desde a década 80 até ao presente, a tecnologia computacional tem-se expandindo exponencialmente, e os seus efeitos no quotidiano social são evidentes. Assim, tendo-se estabelecido previamente que revolução tecnológica tem uma tendência a ser seguida por uma revolução social, é deixada a pergunta – qual será a próxima onda de mudança social que rebentará na nossa sociedade pós-digital? como será a nova onda revolucionária? como se manifestará? como acabará?

Isso não sabemos, mas podemos guiar-nos das palavras de Robert F. Kennedy:

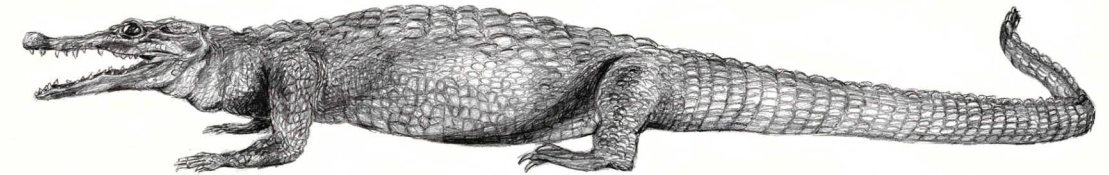
“Uma revolução está a chegar: uma revolução que será pacífica se formos sábios o suficiente; misericordiosa se nos preocuparmos o suficiente; vitoriosa se formos sortudos o suficiente. Mas uma revolução que vai chegar quer o queiramos quer não. Podemos afetar o seu carácter mas não alterar a sua inevitabilidade.” – Robert Kennedy



Margarida Lobato



Beatriz Rocha



Margarida Lobato



Matilde Pinho e Andressa Meicosa

O meu primeiro livro de Filosofia: “A República”

Para Platão as coisas que nos chegam através dos sentidos são apenas as sombras das Ideias. Quem estiver preso ao conhecimento das coisas sensíveis não poderá alcançar o mundo das Ideias, ficando como o prisioneiro.

Ema Gonçalves

Numa das primeiras aulas de Filosofia, do presente ano letivo, analisamos “A Alegoria da Caverna” que se encontra no livro *A República*, escrito por Platão. Uma vez interessada e curiosa por desvendar o resto da história, decidi ir à FNAC, onde adquiri o livro, edição da Gulbenkian, por 20,00€, e aí encontrei a Alegoria nas páginas 317 a 322.

A “Alegoria da Caverna” é um texto que levanta muitas questões sobre a realidade e o conhecimento. Na história, vários homens prisioneiros estão acorrentados no fundo de uma caverna, virados para uma parede onde se projetam sombras devido à luz de uma fogueira. Conheciam os animais e as plantas somente pelas suas sombras projetadas na parede. Um dia deram a possibilidade de liberdade a um dos homens. Ao libertar-se, o homem percorreu a caverna com muitas dificuldades pois, por estar tanto tempo sentado, não conseguia aguentar o peso do seu corpo. Contactou diretamente com os animais e as plantas, com os objetos sensíveis, de que antes apenas conhecia as suas sombras, e a muito custo foi percebendo a diferença entre os objetos sensíveis e as suas sombras. Quando, por fim, chegou à saída da caverna ficou encantado com a realidade fora da caverna, percebendo que tinha sido iludido completamente pelos seus sentidos dentro da caverna. Agora ele estava diante das coisas em si, das Ideias, e não diante de sombras nem de escuridão; estava diante do conhecimento.

Matilde Pinho



Beatriz Félix

«Precisava de se habituar, julgo eu, se quisesse ver o mundo superior. Em primeiro lugar, olharia mais facilmente para as sombras, depois disso, para as imagens dos homens e dos outros objetos, refletidas na água, e, por último, para os próprios objetos. A partir de então, seria capaz de contemplar o que há no céu, e o próprio céu, durante a noite, olhando para a luz das estrelas e da Lua, mais facilmente do que se fosse o Sol e o seu brilho de dia. [...] Finalmente seria capaz de olhar para o Sol e de o contemplar, não já a sua imagem na água ou em qualquer sítio, mas a ele mesmo, no seu lugar.» (página 319)

Depois desta caminhada, o homem sentiu a necessidade de voltar à caverna e contou aos companheiros o que havia visto. Estes não acreditaram e preferiram continuar na caverna, vendo e acreditando que o mundo é feito de sombras.

Este texto trata de uma exemplificação de como nos podemos libertar da condição de escuridão e ignorância que nos aprisiona. Para Platão as coisas que nos chegam através dos sentidos são apenas as sombras das Ideias. Quem estiver preso ao conhecimento das coisas sensíveis não poderá alcançar o mundo das Ideias, ficando como o prisioneiro.

O professor fez um pequeno esquema da ontognoseologia platónica, referindo que o mundo inteligível é o saber, a verdade, o belo, a justiça e o supremo bem (designado pelo Sol). O mundo das sombras é o interior da caverna constituído pela realidade material ou sensível.

Tive interesse em explorar mais *A República* e descobri que apresenta vários livros, cada um com um tema diferente. Nos livros I e II o texto concentra-se numa tentativa de definição do que seria realmente a aplicação da justiça na comunidade; nos livros III a V, os diálogos evoluem para a definição dos princípios da justiça; a seguir, nos livros VI e VII, trata-se da necessidade da justiça em si (aqui é apresentada a famosa “Alegoria da Caverna”); depois, nos livros VIII e IX, o tema é a decadência da cidade e o surgimento da tirania; finalmente o livro X faz uma crítica à poesia como meio educativo.

A República é geralmente considerada a realização suprema de Platão como escritor e como filósofo e foi escrita em forma de diálogo, sendo Sócrates o herói principal. Ao longo dos séculos *A República* foi objeto dos mais diversos comentários e críticas e foi, durante séculos, um dos principais livros obrigatórios dos estudos filósofos ou representou a sua peça central e inspiradora. Se alguns livros mudaram o mundo, *A República* foi um deles.



Ana Ferreira



Maria Leonor Sousa



Ana Ferreira



Inês Aragão

Fédon: Diálogo sobre a Imortalidade da Alma

Na Grécia antiga, onde este diálogo foi inicialmente escrito, era comumente aceite a tese do dualismo: a ideia de que a alma e o corpo eram entidades diferentes, sendo o corpo uma substância física e a alma uma essência incorpórea que anima o corpo.



Afonso Sanches

Filipe Pereira

Este trabalho é uma adaptação de uma apresentação de power point feita por Filipe Pereira no ano letivo de 2015/16, no âmbito da disciplina de Filosofia e apresentado à comunidade escolar no Salão Nobre da ESMAVC

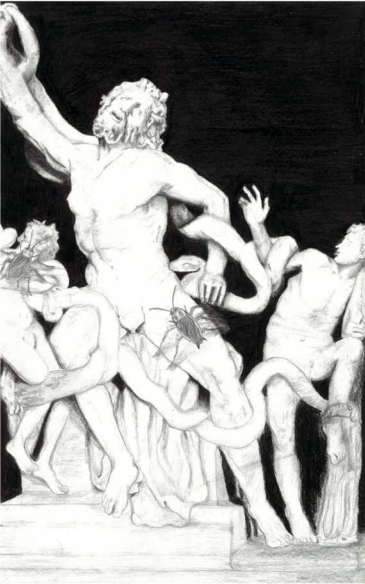
Introdução

Este trabalho foi realizado com o objetivo de sintetizar e formular os argumentos presentes no diálogo platónico Fédon para uma audiência vasta, de maneira familiarizar o auditório com as teses socráticas relativas à imortalidade da alma. Além de serem sintetizados, os argumentos irão também ser criticamente analisados no final, para verificar a sua validade, solidez e cogência.

Para concluir, digo que depende de cada um de nós descobrir se um determinado argumento é sólido e convincente. Um argumento não é sólido nem convincente em si mesmo. É necessário que lhe seja atribuído valor. Este valor é diferente de pessoa para pessoa. Na Filosofia não devemos ver como os outros pensam e assimilar que essa é a verdade absoluta. Caso assim fosse, viveríamos num círculo vicioso onde a evolução filosófica seria um conceito desconhecido.

O Dualismo e as Ideias

Em primeiro lugar, é importante referir que na Grécia antiga, onde este diálogo foi inicialmente escrito, era comumente aceite a tese do dualismo: a ideia de que a alma e o corpo eram entidades diferentes, sendo o corpo uma substância física e a alma uma essência incorpórea que anima o corpo. Esta tese serve como ponto de partida para os argumentos expostos no diálogo. Também é importante estar familiarizado com a tese platónica da existência de ideias, ou universais, que são entidades gerais que participam em coisas particulares. O universal da cor branca (“o branco”), apesar de não existir fisicamente, participa em todos os objetos particulares que são brancos.



Mafalda Nunes

Como Sócrates Encara a Morte

O diálogo começa na manhã do dia da execução de Sócrates, quando ele é visitado pelos seus discípulos, entre eles Fédon, que nos narra estes eventos. Sócrates é questionado relativamente à sua falta de preocupação em relação à sua morte, que se aproxima. Sócrates esclarece que acredita que o filósofo deveria estar disposto a morrer, mas não se podia suicidar.

Um filósofo não se deve suicidar, diz-nos Sócrates, pois a humanidade é propriedade dos Deuses, e o indivíduo tem como dever não destruir propriedade alheia - um facto relativamente incontroverso para esta audiência.

Por outro lado, o filósofo não deve recear a morte, porque, segundo Sócrates, só se poderá chegar ao verdadeiro conhecimento depois da morte, pois antes desta a alma está aprisionada no corpo, que serve como impedimento à obtenção da verdade, visto que este nos pode enganar, através dos sentidos.

Os discípulos de Sócrates aceitam estes argumentos, no entanto duvidam da certeza de Sócrates sobre a preservação da alma depois da morte, isto é, da separação entre a alma e o corpo. Sócrates então propõe-se a apresentar três argumentos a favor desta postulação.

Os Contrários

Sócrates procura primeiro demonstrar, através de analogias, que os contrários se originam uns aos outros. Sócrates diz-nos que o dia dá origem à noite, e a noite dá origem ao dia, tal como estar acordado dá origem a estar a dormir e vice-versa. Sócrates acredita que esta relação também existe entre a morte e a vida: A vida origina a morte, e a morte origina a vida.

Logicamente, segundo Sócrates, segue-se que a alma deve estar em algum lugar antes de “voltar à vida”.

A Reminiscência

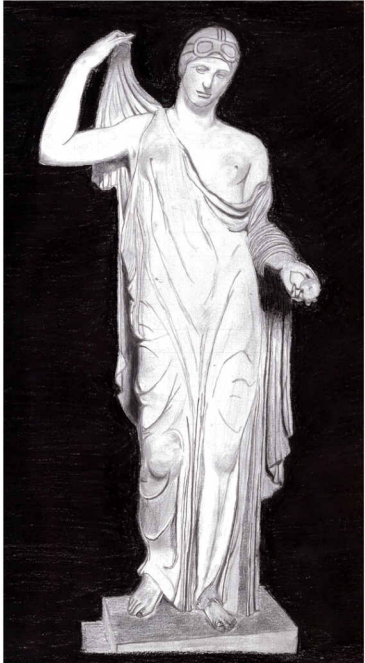
É então mencionado um segundo argumento, que tem origem noutro diálogo platónico, o Ménon, o argumento da reminiscência. Segundo este argumento, toda a aprendizagem é apenas a reminiscência de coisas aprendidas em vidas anteriores. Este argumento é evidenciado no Ménon, onde Sócrates consegue obter verdades matemáticas de um escravo sem educação, que previamente aparentava não ter conhecimento dessas verdades. Segundo Sócrates, o escravo deve ter obtido estes conhecimentos numa vida anterior, e está meramente a lembrar-se destes. Isto, segundo Sócrates, só seria possível se a alma fosse imortal.

As Ideias

Sócrates, no seu terceiro argumento, postula a existência de dois mundos distintos:

O Mundo dos Sentidos	O Mundo das Ideias
Compostas	Não-compostas
Passível a mudar-se	Constantes
Coisas particulares (uma pessoa bela)	Coisas gerais (o Belo)
Visível	Invisível (apenas compreendido pela mente, não pelos sentidos)

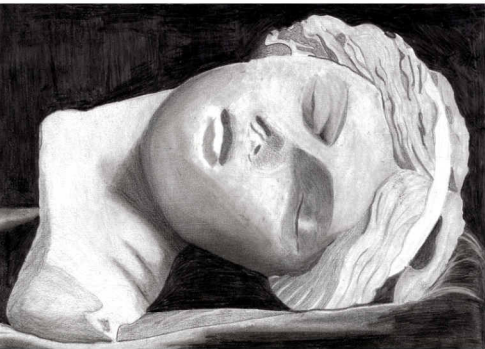
Segundo Sócrates, o corpo pertence ao mundo dos sentidos, e a alma ao mundo das ideias. Visto que as entidades pertencentes ao mundo das ideias são imutáveis, segue-se que a alma não pode deixar de existir (o que implicaria uma mudança).



Bárbara Lebre



Vilma Ferreira



Martim Ribeiro



Brenda Côrte

As Objeções de Símias e Cebes

Após esta exposição por parte de Sócrates, dois dos seus discípulos apresentam relutantemente, pois não queriam inquietar Sócrates nas suas últimas horas, as suas objeções ao seu argumento. Símias tenta comparar a alma à harmonia de uma lira. Apesar de a harmonia ser divina e imaterial, não é possível a harmonia de uma lira existir depois da destruição da lira. Por outro lado, Cebes faz outra analogia, comparando o corpo a um manto. Apesar de um homem poder usar vários mantos ao longo da sua vida, e normalmente ser mais durável que um manto, um manto pode sempre perdurar por mais tempo que o homem que o usa. Segue-se, de acordo com Cebes, que uma alma poderia usar vários corpos antes de esta, por sua vez, perecer.

Respostas de Sócrates a Símias

Respondendo a Símias, Sócrates começa por perguntar se Símias aceita o primeiro argumento, o dos contrários, pergunta à qual Símias responde afirmativamente. Sócrates então simplesmente diz que a comparação é inconsistente, pois a harmonia não pode existir antes da lira.

O Argumento Final

Sócrates responde a Cebes com o seu quarto argumento:

1. Nada se pode tornar no seu oposto quando ainda é si mesmo.
2. Isto também se aplica a entidades que contêm opostos.
3. A “alma” contêm “vida”.
4. Logo, a “alma” não pode conter “morte” enquanto é “alma”.
5. O que não contém morte é imortal.
6. Logo, a alma é imortal.

Quando alguém diz que a primeira premissa contradiz o argumento dos contrários, Sócrates simplesmente diz que ele está a falar de coisas diferentes: antes ele falava de coisas que contêm opostos, aqui ele fala dos opostos. De facto, até agora Sócrates introduziu três tipos de entidades:

1. A coisa (por ex., Símias), que é participada por uma ideia (por ex., a altura; ser alto) mas que pode ser participada pelo oposto (por ex., ser baixo) sem deixar de ser si mesma
2. A coisa (por ex., a altura; ser alto) que não admite os seu oposto (por ex., ser baixo)
3. A coisa-na-coisa (por ex., o facto de Símias ser alto) que não admite o seu oposto

sem ser destruída

Na segunda premissa, Sócrates introduz um quarto conceito:

4. Uma entidade (por ex., o fogo) que está sempre associada a uma ideia (por ex., o calor), e logo não poder ser associada ao oposto dessa ideia (por ex., o frio)

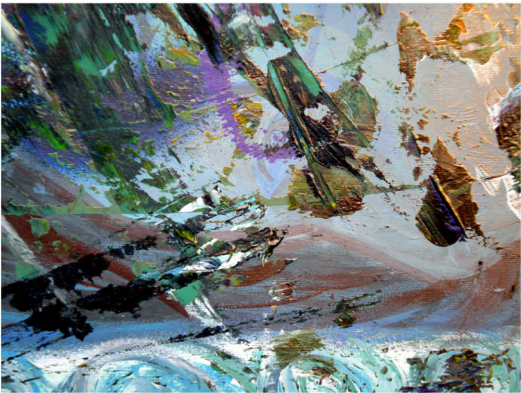
E com este argumento, Sócrates acredita ter provado além da margem de dúvidas a imortalidade da alma.

Morte de Sócrates e Conclusão

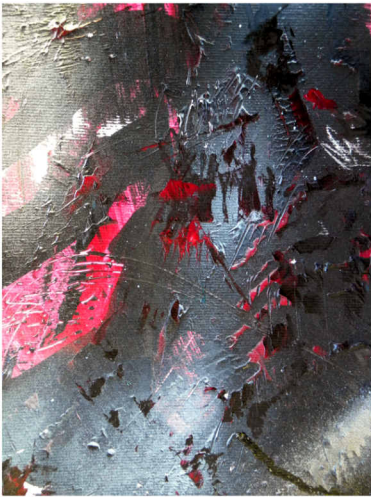
Após este diálogo, Sócrates cumpre a sua sentença, bebendo uma taça de cicuta.

Para finalizar, gostaria de levantar algumas dúvidas em relação aos argumentos de Sócrates. Em primeiro lugar, Sócrates apoia-se principalmente em argumentos indutivos, como generalizações e analogias, e como tal não podemos estar assegurados das conclusões a que chega. Também não podemos aceitar como verdadeira a tese, relativamente incontroversa para altura, do dualismo corpo-alma, que pode ser sujeita a várias objeções, como a da falácia do homem mascarado, e o problema da interação entre coisas materiais e imateriais.

No entanto este diálogo mantém-se um exercício mental interessante, e explora possibilidades atraentes, portanto é, ainda assim, uma leitura recomendada.



Mafalda Nunes, Sofia Fernandes e Vítor Cavalheiro



O Argumento Ontológico Modal para a Existência de Deus Segundo Alvin Plantinga

Um Deus, como definido na Filosofia, é um ser que reúne todas as propriedades que são boas de se ter, como amor, sabedoria e poder, na sua máxima extensão, ou seja, benevolência absoluta, onisciência, e onipotência, e que não tem propriedades que não são boas de se ter, como imperfeição e corrupção.

David Gravanita e Filipe Pereira
Adaptação: Filipe Pereira

Introdução

Neste trabalho irá ser, em primeiro lugar, exposto o argumento em estudo, nomeadamente, o argumento ontológico modal para a existência de Deus como formulado por Alvin Plantinga. O argumento será seguidamente explicado de maneira concisa, para facilitar a sua leitura analítica, e será prontamente analisado, a fim de determinar a sua validade, solidez, e cogência.

O Argumento

Antes de apresentar o argumento, os autores gostariam de informar o leitor que este argumento foi originalmente concebido por Alvin Plantinga, em 1974, como uma reformulação de argumentos ontológicos elaborados anteriormente, de maneira a evitar a crítica de Kant de que a existência não é um predicado, e logo, um ser maximamente grande não teria a sua existência como necessária. Dito isto, eis o argumento:

1. É possível que um ser maximamente grande (“Deus”) exista.
2. Se é possível que um ser maximamente grande exista, então um ser maximamente grande existe num mundo possível.
3. Se um ser maximamente grande existe num mundo possível, existe em todos os mundos possíveis.
4. Se um ser maximamente grande existe em todos os mundos possíveis, existe neste mundo.
5. Se um ser maximamente grande existe neste mundo, então um ser maximamente grande existe.
6. Logo, um ser maximamente grande existe.

O leitor irá provavelmente estar ligeiramente confuso em relação ao significado desta sopa de palavras. Não se preocupe - irá entender este argumento no seu tempo. Para esse fim vamos introduzir um conjunto de conceitos necessários à compreensão do argumento nas próximas secções.



Mónica Baqinha



Beatriz Rocha e Vilma Ferreira



João Tacanho



Mónica Baginha

Mundos Possíveis e Tipos de Entidades

Um conceito central a este argumento é o de “mundos possíveis”, que aparece logo na segunda premissa. Ora, o que é exatamente, um mundo possível?
“Mundos Possíveis” são, de maneira simples, situações contrafactuais, ou hipotéticas, que poderiam acontecer, geralmente utilizados por filósofos para testar se uma ideia é lógica ou não. Outro conceito que é necessário apreender, relacionado com os mundos possíveis, é o da classificação de entidades segundo a relação desta com os contrafactuais, ou seja, com os mundos possíveis. Assim, uma entidade pode ser contingente, se existir em alguns mundos possíveis (e.g.: um unicórnio), impossível, se não existir em nenhum mundo possível, pois é autocontraditória (e.g.: um círculo quadrado), ou necessária, se existir em todos os mundos possíveis (e.g.: números).

A Definição de Deus

Por último, é importante definir exatamente o conceito de Deus, ou ser maximamente grande, se temos como objetivo analisar um argumento que pretende provar a existência de Deus. Um Deus, como definido na Filosofia, é um ser que reúne todas as propriedades que são boas de se ter, como amor, sabedoria e poder, na sua máxima extensão, ou seja, benevolência absoluta, onisciência, e onipotência, e que não tem propriedades que não são boas de se ter, como imperfeição e corrupção.

Análise do Argumento

Olhemos outra vez o argumento:

1. É possível que um ser maximamente grande (“Deus”) exista.
2. Se é possível que um ser maximamente grande exista, então um ser maximamente grande existe num mundo possível.
3. Se um ser maximamente grande existe num mundo possível, existe em todos os mundos possíveis.
4. Se um ser maximamente grande existe em todos os mundos possíveis, existe neste mundo.
5. Se um ser maximamente grande existe neste mundo, então um ser maximamente grande existe.
6. Logo, um ser maximamente grande existe.

Agora as peças do puzzle parecem encaixar umas nas outras. Como ser necessário é uma propriedade boa de se ter, um ser maximamente grande teria essa propriedade. Portanto, se existe um mundo possível onde um ser maximamente grande exista, então, como consequência, um ser maximamente grande existe em todos os mundos possíveis, pois este é uma entidade necessária. Passando á análise do argumento, podemos ver que, usando a lógica modal, a conclusão segue-se da premissa (o argumento é válido), e, portanto, o único “ponto fraco” do argumento é a premissa. E a premissa é facilmente duvidável. Até podemos fazer um argumento revertido:

1. É possível que não exista um ser maximamente grande.
2. Se não é possível que um ser maximamente grande exista, então existe um mundo possível onde um ser maximamente grande não existe.
3. Se um ser maximamente grande não existe num mundo possível, não existe em todos os mundos possíveis.
4. Se um ser maximamente grande não existe em todos os mundos possíveis, não existe neste mundo.
5. Se um ser maximamente grande não existe neste mundo, então um ser maximamente grande não existe.
6. Logo, um ser maximamente grande não existe.

Onde se quer chegar é ao facto de a premissa de onde o argumento parte não ser geralmente aceite, e logo, este argumento não serve como prova da existência de Deus. Plantinga, surpreendentemente, reconhece isto, e diz-nos que pretende apenas racionalizar a existência de Deus, pois visto que se é racional aceitar a premissa, é racional aceitar a conclusão. Mas isto, obviamente, não é verdade, como vamos ver.

Olhe-se para o seguinte argumento:

1. Ou $2 + 2 = 5$, ou Deus existe.
2. $2 + 2 \neq 5$
3. Logo, Deus existe.

O argumento acima é estruturalmente similar ao argumento de Plantinga. O argumento é válido, e é racional aceitar a premissa. Mas, tal como o argumento ontológico modal, não nos diz nada, pois a premissa ser racional de aceitar e o argumento ser válido não faz com que a conclusão seja verdadeira.

Conclusão

Acabada a análise do argumento, torna-se claro que este argumento falha no seu principal objetivo: o de provar, ou ao menos racionalizar, a existência de um ser maximamente grande. Qualquer pessoa com um mínimo de racionalidade que duvide da existência de um ser maximamente grande duvidará da possibilidade da existência de um ser maximamente grande, e como tal, este argumento não sucede em provar coisa nenhuma.

Bibliografia

(7/6/2015). Ontological Arguments: A Victorious Ontological Argument? - Stanford Encyclopedia of Philosophy. <http://plato.stanford.edu/entries/ontological-arguments/#PlaOntArg>
(7/6/2015). The Ontological Argument: The Introduction. <https://www.youtube.com/watch?v=RQPRqHZRP68>



Mariana Elias



Sofia Fernandes



Ana Rita Fonseca

Projeto “Turma sem Reprovações”

Enquanto existem estudantes empenhados e preocupados em fazer o melhor possível, obtendo os melhores resultados, também existem aqueles que querem apenas passar de ano, independentemente do produto obtido.



Margarida Lobato

Larissa Dornelles

Os alunos têm vários objetivos; objetivos esses que, segundo o caminho seguido, ditam a maneira de ser, o esforço e, muito provavelmente, o futuro de cada indivíduo. O que é importante para uns pode não ser tão importante para outros. Enquanto existem estudantes empenhados e preocupados em fazer o melhor possível, obtendo os melhores resultados, também existem aqueles que querem apenas passar de ano, independentemente do produto obtido.

Para tentar compreender melhor quais realmente eram os objetivos de cada um, foi realizado um inquérito anónimo, na turma 10.ºA da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, no âmbito da disciplina de Filosofia. Os resultados obtidos foram, de certa forma, surpreendentes e interessantes. O questionário foi realizado aos 25 alunos da turma. Este, constituído por 12 perguntas, pretendia responder de forma geral às perguntas sobre a vida escolar. Começando por duas perguntas essenciais:

- Gosta da escola em que está?
- Gosta da turma em que está?

Foram oferecidas 3 possibilidades de resposta: “Sim”, “Não” e “Mais ou menos”. E os resultados não são, de maneira alguma, esperados: 21 “Sim” e 4 “Mais ou menos”. Apeloando ao senso comum, é normal relacionar os alunos com o desgosto escolar. Mas isto não se verifica neste caso. Apesar de ser um questionário algo reduzido, é o suficiente para tirarmos conclusões e afirmar que, de facto, os alunos estão realmente a apreciar mais o seu tempo na escola, contrariamente ao que se diz. Porém, é bastante provável que tal não seja devido a parâmetros académicos, mas sim por motivos sociais.

O resto das perguntas foram centradas em duas questões gerais: o desempenho escolar e a qualidade das condições de trabalho fornecidas pela escola em questão. Nomeadamente quanto ao desempenho escolar foram postas as seguintes perguntas:

- Acha que poderia melhorar a sua condição escolar atual?
- Na sua opinião, dá a devida importância à escola?
- Normalmente, quando costuma estudar?
- O que espera para o final deste ano letivo?

Os alunos pareceram bastante sinceros em relação às respostas dadas, mas apresentam certa incoerência entre o que pensam e o que fazem, tal como pode ser observado nas suas primeiras respostas. Na questão 1, todos os alunos, sem exceção, acharam que poderiam fazer melhor em relação ao seu desempenho obtido na escola. Mas, ao mesmo tempo, na 2.ª pergunta, temos uma divisão: 12 alunos não dão a devida importância à escola, mas acham que deveriam dar mais; outros 12 acham que dão a devida importância. E há um indivíduo que não se interessa minimamente pela escola. Se todos acham que podiam fazer melhor, mas ao mesmo tempo sabem que não dão importância à escola, como será possível progredirem? Observa-se então um problema com o aluno em si. Para realmente se obter melhores resultados, antes de tudo, é preciso querer e trabalhar. Ora, deve-se dar a devida importância à escola. Este seria o primeiro passo rumo à transição do ano letivo.

Em relação aos resultados da 3.ª e 4.ª perguntas, há uma certa “ilusão” entre os resultados que desejam obter e os que realmente obtêm. Na 4.ª pergunta, 14 alunos pretendem transitar com uma boa média (entre os 16 e 20 valores) enquanto que 11 visam transitar com uma média positiva (entre os 10 e 15 valores). Não há alunos que acham que não irão transitar. É aqui visível um certo otimismo dos alunos. Porém vemos, novamente, uma incoerência entre as respostas das perguntas 3 e 4. Na 3.ª pergunta, 9 alunos revelam que estudam todos os dias, 10 no fim de semana antes dos testes, 5 no dia anterior ao teste e 1 não estuda de todo. Relativamente aos 16 alunos que estudam num curto período, como seria possível transitarem de ano com as médias desejadas se não trabalham para isso? Outra vez, vemos a presença do otimismo dos alunos. Tal não é, de maneira alguma, agradável ou proveitoso para estes. Estão portanto a enganarem-se a si próprios, e o trabalho continua a não corresponder ao desejado por cada um.

As condições de trabalho são também um fator de grande influência no desempenho dos estudantes. Foram feitas as seguintes perguntas:

- A escola tem condições de trabalho?
- Acha que os professores explicam bem?

Em ambas as perguntas, apesar de haver alguma divergência entre as pessoas que acham que a escola tem boas condições de trabalho, e aquelas que as consideram apenas razoáveis, não há nenhuma opinião negativa em relação às circunstâncias oferecidas pela escola, ou seja, o seu trabalho não é impedido pelas más condições. Neste caso em particular, excluir a escola como obstáculo do sucesso escolar dos alunos seria o mais normal a fazer. Mas será que o objetivo da escola é somente providenciar condições mínimas de trabalho aos alunos, e nada mais? A resposta é negativa. A escola tem também a obrigação de impulsionar os alunos e não só oferecer-lhes utensílios para trabalharem. Devem, através de projetos, apoios, atividades, trabalhos, entre outros, motivar os alunos a trabalharem mais e, consequentemente, a terem melhores resultados. Porque, obviamente, uma escola quer, a seguir ao bem-estar dos seus estudantes, obter os melhores resultados. Portanto, a escola realmente tem um papel importante no que toca ao incentivo do aluno.

Finalmente, acabou-se o inquérito com a seguinte pergunta:

- O que pensa deste projeto?

Obtivemos respostas deveras agradáveis. Todos os alunos parecem estar dispostos a entrarem no projeto, uma vez que 7 dos inquiridos acha que vai resultar, apesar de haver 16 que pensam que tal só funcionará em certas pessoas, nomeadamente aquelas com mais dificuldades e com piores resultados.

No final do questionário podemos concluir que os alunos querem melhorar o seu resultado escolar, mas ao mesmo tempo, muitos não querem trabalhar para isso. É um problema que parte de cada aluno, que poderá ser desenvolvido com ajuda exterior dos pais e professores. Porém, é preciso que cada um tenha a devida vontade e empenho para dar aquilo que quer receber, e que, como observamos, não está presente em todos os alunos. O trabalho e o desempenho estão sempre envolvidos e os resultados não se obtêm de braços cruzados. Portanto, se deseja melhorar o seu desempenho académico, comece já a trabalhar!



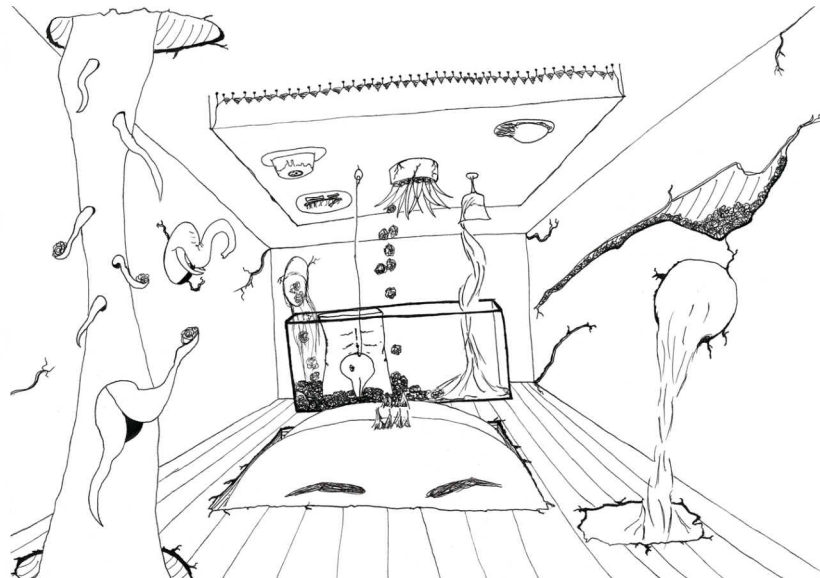
Bruna Carvalho



José Gonçalves



Margarida Lobato



Mafalda Nunes

A Memória: Quão fiáveis são os nossos testemunhos?

A memória é o meio pelo qual o ser humano recorre às suas experiências passadas, com o intuito de utilizar essas informações no presente, sendo a base da aprendizagem.



Sofia Fernandes

Inês Morais

Para sabermos quão fiáveis podem ser os nossos testemunhos acerca do que vimos ou ouvimos é necessário analisarmos uma componente muito importante do nosso psiquismo: a memória. Os estudos da memória humana remontam aos primórdios da psicologia científica, nos finais do séc. XIX. Define-se como memória um conjunto de mecanismos dinâmicos associados à retenção e recuperação de informação; a memória é o meio pelo qual o ser humano recorre às suas experiências passadas, com o intuito de utilizar essas informações no presente, sendo a base da aprendizagem. No entanto, existem vários problemas relacionados com a memória. Foi levantada por Freud a questão das memórias recalçadas no nosso inconsciente, aquelas com as quais o ser humano não consegue lidar conscientemente e que, por consequência, recalca involuntariamente.

Outro tipo de problemas associado à memória é o fenómeno das Falsas Memórias. Estas podem ser definidas como lembranças de eventos que não ocorreram, de situações não presenciadas, de lugares nunca vistos, ou recordações distorcidas de algo. Este tipo de memória diferencia-se de uma mentira deliberada; com as falsas memórias a pessoa acredita que viveu realmente o evento que relata, julga estar a dizer a verdade. Elizabeth Loftus é uma professora de Psicologia e Direito da Universidade da Califórnia que estuda a memória humana. Tem feito inúmeros estudos e experiências que revelam que as nossas memórias podem ser alteradas através da sugestão de alguns factos, ideias e eventos. Esta psicóloga ficou muito conhecida devido ao seu trabalho pioneiro sobre o efeito de informações incorretas, a memória de testemunhas oculares e a criação e natureza de falsas memórias, incluindo memórias recuperadas de abuso sexual na infância.



Matilde Pinho

Nas décadas de 1970 e 1980, Elizabeth Loftus trabalhou como assistente de advogados de defesa em casos que envolviam testemunhas oculares. O objetivo era tentar provar que a memória não funciona como uma câmara de filmar infalível, que regista com total precisão o que ouve e observa.

Loftus defende que o nosso cérebro não consegue armazenar tudo o que os nossos sentidos captam. Assim, como não nos lembramos de todos os acontecimentos por que passamos, selecionamos apenas alguns momentos. Deste modo, recuperar uma memória não é algo instantâneo e de fácil execução. Esta tarefa assemelha-se a assistir a algumas partes aleatórias de um filme e tentar preencher os espaços em falta. Um exemplo comumente utilizado são as lembranças de episódios da nossa infância. Muitas delas apenas existem devido a informações que nos foram mais tarde dadas por familiares, histórias de família, fotografias ou vídeos da altura. Passado algum tempo, torna-se impossível distinguir as nossas memórias reais das informações que foram posteriormente incorporadas. O mais interessante em todo este processo é o facto de ser possível que não nos apercebamos de que parte das nossas memórias possam nunca, de facto, ter acontecido.

No âmbito do direito, Elizabeth Loftus chegou à conclusão, após vários estudos e experiências nesta área, de que “a memória não é confiável”. Metaforicamente, podemos afirmar que esta funciona como uma página de Wikipédia, nós podemos alterá-la mas outros também o podem fazer. A mudança de uma palavra no relato de um acidente pode alterar drasticamente o testemunho de alguém, tornando como certos, factos que nunca foram observados.

A minha perspetiva em relação a esta questão é de total concordância com a psicóloga Elizabeth Loftus. Penso que a memória humana, como outras partes do nosso corpo, contém as suas limitações, como é natural. Não devemos ter como base um testemunho de apenas uma pessoa ou de um grupo restrito de pessoas para condenar alguém por um determinado crime ou tomar como certo algum relato.

Apoio-me num dos estudos que achei mais curioso feito por Elizabeth Loftus na Universidade Lusíada de Lisboa. A especialista mostrou a um determinado número de pessoas um folheto publicitário com uma imagem da Disneylândia onde se encontrava o Castelo Mágico com o coelho Bugs Bunny sentado e ao lado um texto explicativo. De seguida, foram colocadas algumas questões sobre a Disney, a cor do folheto e até recordadas memórias sobre idas ao parque de diversões. As respostas foram incríveis. 16% das pessoas disseram que se lembravam de ter encontrado o Bugs Bunny na Disneylândia. No entanto isto seria impossível pois este coelho é uma personagem da Warner Bros, concorrente da Disney. Este é um claro caso de Falsas Memórias, uma vez que com a simples sugestão de uma imagem, algumas pessoas mudaram completamente o seu testemunho.

De acordo com um outro estudo, desenvolvido nos EUA, 3000 pessoas foram presas por crimes que não cometeram, 3/4 destes casos foram devido a falsas memórias.

Estes estudos sustentam a minha visão em relação a este tema, uma vez que esclarecem, de uma forma óbvia, que os nossos testemunhos acerca do que vimos ou ouvimos não são totalmente fiáveis.

Pode ser uma perspetiva difícil de aceitar e, até à data de elaboração deste trabalho, não me tinham ocorrido este tipo de questões. Sei agora que merecem toda a nossa atenção.

Bibliografia:

<http://psicologiaexperimental.blogs.sapo.pt/3040.html>

<http://concept.org/2013/12/18/elizabeth-loftus-a-ficcao-da-memoria/>

https://en.wikipedia.org/wiki/Elizabeth_Loftus

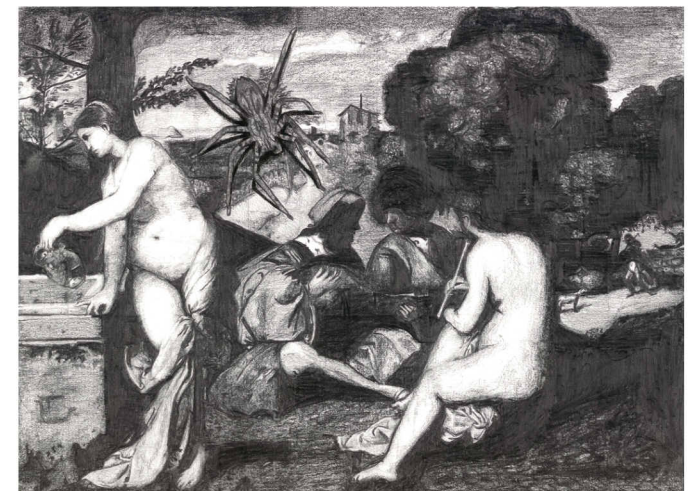
<https://faculty.washington.edu/eloftus/Articles/sciam.htm>



Beatriz Félix



Brenda Côrte



Sofia Fernandes



Rita Alexandra Ramos

Margarida Lobato

Até que ponto somos obedientes? A Experiência de Milgram

Se uma figura autoritária nos pedisse para ferirmos alguém fisicamente gostamos de acreditar que não o faríamos mas, na realidade, há uma grande probabilidade de estarmos enganados



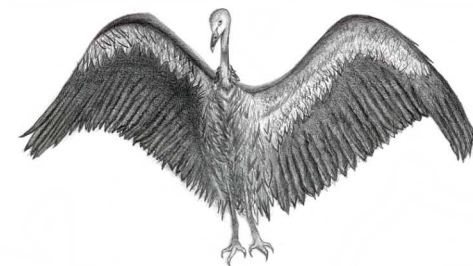
Bruna Carvalho



Bárbara Lebre

Filipe Rose

Se alguém numa posição de autoridade nos pedisse, por exemplo, que não pisássemos o relvado de um jardim, provavelmente obedecer-lhe-íamos e parávamos de pisar o relvado. Porém, se uma figura autoritária nos pedisse para ferirmos alguém fisicamente gostamos de acreditar que não o faríamos mas, na realidade, há uma grande probabilidade de estarmos enganados. Stanley Milgram, psicólogo americano que dedicou grande parte da sua vida à investigação na área da psicologia social, procurou desmistificar os “limites” da obediência realizando uma experiência, em julho de 1961 que, pelos seus resultados surpreendentes, ficou conhecida como a Experiência de Milgram. Os voluntários foram recrutados para uma experiência em laboratório no âmbito de uma investigação sobre a aprendizagem. Os participantes foram, inicialmente, 40 homens, com idades entre 20 e 50 anos, cujas habilitações variavam entre não qualificados a profissionais de diversas áreas. No início da experiência, foi-lhes apresentado outro participante, que na verdade era um cúmplice de Milgram. Era tirado à sorte quem fazia de professor e quem fazia de aluno, mas na realidade isto era uma farsa porque o voluntário era sempre o professor e ao cúmplice cabia o papel de aluno. Havia também um “investigador” de bata, na realidade interpretado por um ator (facto que também era, naturalmente, desconhecido pelo voluntário-participante, a quem queriam fazer querer que aquela era uma experiência real, sobre aprendizagem). Foram usadas duas salas de laboratório, - uma para o aluno (com uma cadeira elétrica) e outra para o professor e para o “investigador”, onde existia um gerador de choques elétricos. O aluno era amarrado a uma cadeira com eléctrodos. Depois de aprendida uma lista de pares de palavras que lhe tinha sido entregue para esse efeito, o aluno era subsequentemente questionado pelo professor sendo-lhe exigido dizer a palavra que fazia par com a que o professor dizia, de acordo com a lista. A comunicação entre as duas salas era feita por telefone e/ou microfone.



Maria Beatriz Alves



Sofia Fernandes

O professor sentava-se diante do gerador de choques elétricos e era instruído para administrar um choque elétrico cada vez que o aluno cometesse um erro, aumentando o nível de choque de cada vez. Existiam 30 chaves no gerador de choques marcadas a partir de 15 volts (choque ligeiro) a 450 (perigo de morte). O aluno dava intencionalmente respostas maioritariamente erradas. Quando o professor se recusava a administrar um choque o investigador tinha de lhe dirigir uma série de estímulos verbais (4 estímulos); estes estímulos tinham uma sequência: se o professor ainda se recusasse a continuar com os choques depois de lhe ter sido dirigido o estímulo nº1, o investigador avançava para o seguinte e assim continuamente. Os quatro estímulos eram “Por favor, continue”, “A experiência requer que continue”, “É absolutamente essencial que continue” e, por fim “Você não tem outra escolha, a não ser continuar”, respetivamente.

Resultado da experiência: 65% (26 em 40) dos voluntários foi capaz de administrar o choque mortal de 450 volts ao “aluno”, apesar de todos os voluntários a uma dada altura da experiência terem questionado a experiência e a ética da mesma. Dos 65% que administraram o número máximo de volts, a maioria fê-lo sob imensa ansiedade. Os sujeitos encontravam-se a suar, a gaguejar, a ofegar, a ganhar, ou seja, visivelmente afetados pela experiência e pelo que lhes tinha sido pedido. Esta experiência levantou questões éticas devido aos níveis de pressão e stress colocados nos voluntários e hoje em dia não seria permitida, mas, em defesa de Milgram, 84% dos voluntários desta primeira experiência e das réplicas que Milgram subsequentemente efetuou afirmaram que estavam felizes por terem participado na experiência.

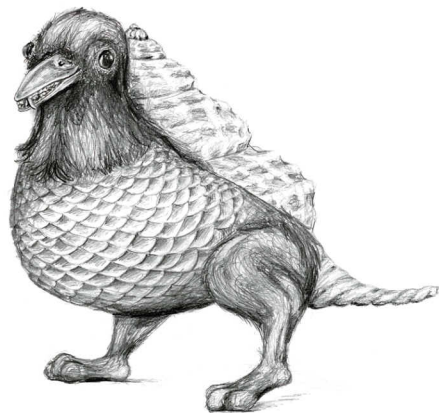
A experiência de Milgram serviu, em última análise, para concluir que é extremamente complicado determinar até onde vai o nosso sentido de obediência à autoridade. Esta experiência confrontou autoridade com o juízo moral dos sujeitos em relação a magoar outras pessoas e o mais surpreendente é que, contra todas as previsões, a autoridade ganhou, isto é, dos 40 voluntários, 26 cometeram homicídio sob o comando de uma autoridade, figurativamente falando.

Bibliografia/Webografia:

- https://en.wikipedia.org/wiki/Milgram_experiment;
- https://en.wikipedia.org/wiki/Stanley_Milgram;
- <http://psychology.about.com/od/socialinfluence/fl/What-Is-Obedience.htm>



Teresa Cabral



Margarida Lobato



Ana Ferreira

Discriminação racial: Qual a sua origem e seus efeitos?

«Racism is still with us. But it is up to us to prepare our children for what they have to meet, and, hopefully, we shall overcome.»

Rosa Parks

Inês Ruivo

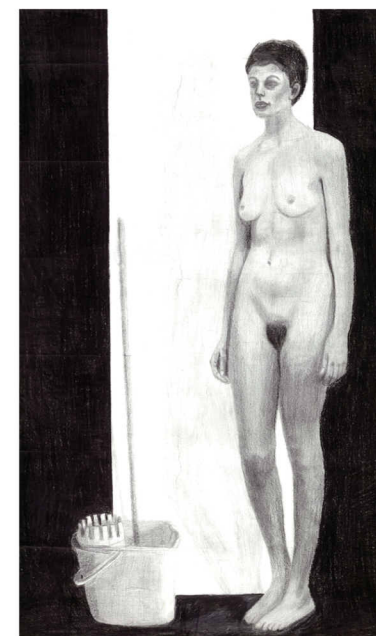
“As mulheres são mais sensíveis do que os homens”. “Homens e mulheres de etnia cigana são ladrões e bandidos”. “Os funcionários mais velhos não possuem a energia para manter o ritmo acelerado de trabalho dos funcionários mais jovens”. A formação de estereótipos é uma prática comum, que consiste em colocar um determinado indivíduo, grupo social ou género numa categoria (categorização social), seja esta favorável ou desfavorável, baseando as suas características e comportamentos numa generalização da impressão preconcebida da sua etnia, idade ou género. Os estereótipos são esquemas cognitivos que pretendem facilitar a compreensão das relações interpessoais. Para tal, simplifica-se, de forma extremamente linear, a realidade social, que é interpretada com base em crenças e valores previamente adquiridos e aceites. A estereotipação, por si só, não é um ato moralmente condenável. Contudo, esta atitude simplista dá azo a variadíssimas situações de discriminação e juízos de valor preconceituosos.

De entre as situações sociais do quotidiano, nas quais presenciamos ou experienciamos os efeitos negativos dos estereótipos, destaca-se o racismo. Na sociedade ocidental, a aversão a esta cognição é uma resposta à clara violação de direitos universais do Homem, que persistiu até aos finais do século XIX, com repercussões que se alastraram para o século XX. A discriminação racial tem sido, portanto, alvo de campanhas de sensibilização e é hoje fortemente criticada. Contudo, nem sempre se rejeitou esta forma de preconceito, um facto que implica uma panóplia de consequências, mesmo a nível psicológico.

Em 1939, nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, o racismo não era tão mal visto e era até aceite em alguns círculos da sociedade. Neste contexto, os psicólogos norte-americanos Kenneth e Mamie Clark, ativistas do movimento dos direitos civis, propuseram-se a estudar a atitude das crianças norte-americanas negras em relação à segregação racial. Para tal, foi aplicado um teste experimental: o teste da boneca.



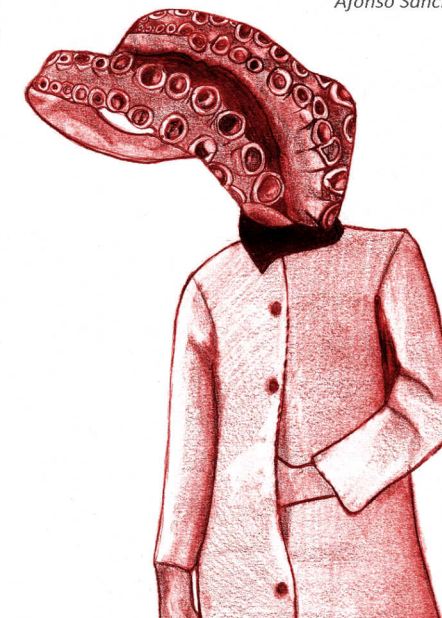
Afonso Sanches



Inês Martins



Afonso Sanches



Daniela Costa

O teste da boneca (Clarks' Doll Experiment), realizada em 1947, consistiu no seguinte: foram apresentadas duas bonecas a um grupo de crianças norte-americanas negras. As bonecas eram apenas diferenciadas pela cor da pele e pela cor do cabelo, pelo que uma tinha pele clara e cabelos loiros e outra tinha pele escura e cabelos pretos. Foi pedido às crianças que se identificassem com a boneca a que mais se assemelhavam e, após a realização desta tarefa, eram feitas uma série de perguntas como: Qual a mais bonita? Com qual gostarias mais de brincar? Qual te parece má? Os resultados observados revelaram uma manifesta preferência pelas bonecas brancas, o que demonstra um sentimento de autorrejeição pela própria comunidade negra norte-americana.

O casal Clark procurou compreender a existência destes preconceitos discriminatórios dos sujeitos desta comunidade acerca de si próprios e concluiu que estes são o resultado da interiorização de condutas racistas da sociedade onde se inserem. Ninguém nasce racista, ninguém nutre medo, ira ou desprezo, de forma inata, por uma pessoa de origens distantes. É-lhes ensinado. E por quem? A partir dos 3 anos, as crianças já são etnicamente conscientes e serão capazes de identificar as diferenças físicas exteriores dos que as rodeiam. Estão, portanto, abertas à aquisição e interiorização de normas e de valores da sua comunidade, mas também de preconceitos que são acentuados pela segregação racial que observam, bem como pela influência das ideias veiculadas pelos seus familiares próximos, pelos seus professores e colegas e pelos *mass media*. Deste modo, vulgarizam-se crenças sociais falaciosas e superficiais, que acabam por ser aceites por todos e apenas silenciosamente contestadas.

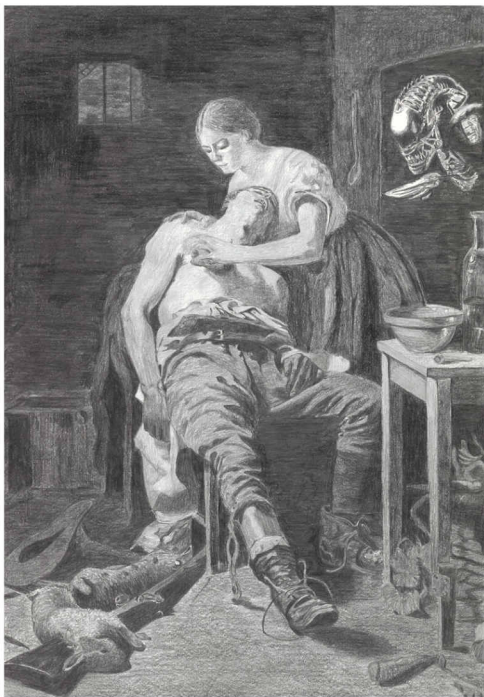
Ainda que o objetivo que subjaz à criação de estereótipos seja uma compreensão da realidade social mais pragmática, acaba por dar origem e, de certa forma, justificar a discriminação e uma confiança cega em preconceitos ultrapassados. Num passado ainda recente, as práticas racistas a que a comunidade negra foi subjugada marcou a nossa relação com os valores intrínsecos e imutáveis do Homem, pelo que a muitos foram-lhes negadas a liberdade individual e a igualdade de oportunidades. Embora esta lacuna nos direitos fundamentais permaneça na memória da História humana, a discriminação racial continua presente no mundo quotidiano; terá apenas sofrido uma transformação que lhe confere maior subtilidade. No entanto, ignora-se muitas vezes o efeito psicológico do racismo sobre os diferentes grupos sociais, alvos de difamação verbal (antilocução), de isolamento (esquiva), de negação de oportunidades iguais (discriminação), de ataques físicos e, quando levado ao extremo, de crimes de ódio.¹

A mitigação ou até extinção destes preconceitos, combatendo-os na sua dimensão afetiva, cognitiva e comportamental depende do nosso respeito pelos direitos do Homem e da educação de uma geração mais desperta para a mudança. Só assim será possível contrabalançar os erros do passado e assegurar o futuro da justiça.

Bibliografia

- Catarina Pires e Sara Brandão (2015) - Nós, Psicologia 12.º Ano, Porto, Areal Editores, 1.ª edição.
- <http://www.apa.org/pi/oema/resources/ethnicity-health/psychologists/clark.aspx>

¹Os cinco níveis da escala de preconceito e discriminação de Gordon Allport, psicólogo norte-americano, cujo principal objeto de estudo era a personalidade.



Maria Leonor Sousa

Será o medo inato ou adquirido?

Sabemos que, pondo de lado algumas patologias congénitas, todos nascemos com a capacidade de ter medo, mas há quem vá mais além e afirme que se pode nascer com medos específicos, como se se tratasse de um mecanismo de defesa.



Mónica Baginha

Patrícia Bernardo

As pessoas, bem como os animais, experienciam uma resposta emocional quando sentem que estão em perigo, que causa uma cadeia de reações, com origem no cérebro, que levará a alterações nas funções corporais e no comportamento. Esta reação é conhecido por “fight or flight response” (lutar ou fugir), e a emoção sentida é o medo. Durante vários anos, a discussão sobre a origem dos medos tem gerado controvérsia, como em qualquer debate sobre a polémica “Inato versus

Adquirido”. Sabemos que, pondo de lado algumas patologias congénitas, todos nascemos com a capacidade de ter medo, mas há quem vá mais além e afirme que se pode nascer com medos específicos, como se se tratasse de um mecanismo de defesa.

Por outro lado, existe uma ideia bem aceite pela comunidade científica, corroborada por psicólogos como J. Watson, que afirma que o medo é uma resposta dada a um estímulo - logo, é adquirido. A experiência de condicionamento do Little Albert, levada a cabo por Watson, é significativa neste debate. Ivan Pavlov demonstrou que os animais aprendem por condicionamento, mas seria esta teoria aplicável em humanos? Watson provou que sim, com a sua famosa e controversa experiência com o bebé conhecido por Little Albert. Com apenas nove meses, este pequeno bebé e as suas reações foram o objeto de estudo: inicialmente foram-lhe apresentados um rato branco, um coelho, um macaco e várias máscaras, e nenhum destes estímulos lhe causou uma reação adversa, pois eram estímulos neutros; contudo, o

som de martelar numa peça de metal perturbava-o. Aqui entra o condicionamento clássico: em cada sessão, Watson

mostrava um rato branco a Albert e, de seguida, soava o martelo, e em apenas sete sessões, o pequeno Albert começava a chorar ao ver um rato branco, sem soar sequer o martelo, e começou também a temer coisas como cães, casacos de pele e até o Pai Natal, com as suas barbas brancas. O Behaviorismo (a corrente fundada por Watson) defende que o organismo responde a estímulos exteriores através de processos biológicos, ou seja, o medo é visto como uma cadeia de reações biológicas inatas dadas em resposta de uma sensação de perigo iminente.

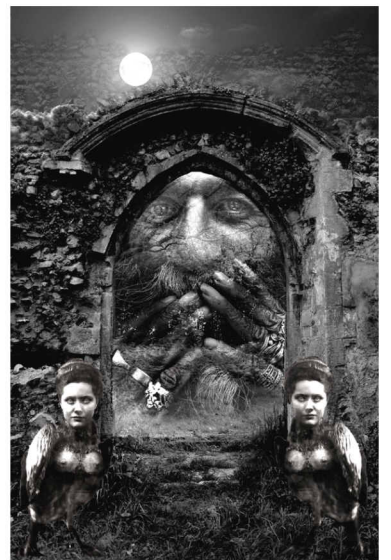
Vejamos, por exemplo, os casos de histeria coletiva: situações onde grupos de pessoas entram em pânico e podem, em certos casos, chegar a ter sintomas físicos de uma doença de que na realidade não sofrem. Isto demonstra que, apenas pela sugestão de um cenário de possível perigo, as pessoas entram num estado de ansiedade tal que, sofrem sintomas físicos graves. Mesmo no dia a dia, as pessoas podem sentir medo de algo porque aprenderam que é perigoso, e sentem algo genuíno só de pensar nessa situação: uma mãe com fobia de alturas pode influenciar a sua criança a temê-las também, apenas por demonstrar medo perante a situação.

Mas os fatores biológicos também são de grande importância. Em 2013, foi publicada na *Nature Neuroscience*, uma investigação, levada a cabo por Brian Dias, que visava provar a possibilidade de os medos serem herdados, algo contemplado pela Epigenética: uma área de estudo que afirma a possibilidade de alterações na expressão genética que não altera o código do DNA e que estas podem vir a ser herdadas. A experiência começa por condicionamento clássico: um grupo de ratos são condicionados a temer um cheiro, acetofenona, por associação a um pequeno choque numa das patas. Esta reação causou alterações nos neurónios olfativos que se tornaram mais sensíveis a este cheiro. 10 dias depois os ratos procriaram e, esta geração (F1), demonstrou ansiedade quando apresentada este cheiro que nunca tinham sentido antes, e as suas crias, a geração F2, também demonstrou este comportamento. Mas isto poderia ser efeito de condicionamento por parte do comportamento dos progenitores por isso, foi levada a cabo uma segunda experiência, de modo a que a geração F1 não fosse influenciada: um grupo de ratos masculinos foi condicionado novamente, o seu sêmen foi extraído e foi realizada fertilização In Vitro em ratos femininos noutra laboratório. As suas crias, também sofreram alterações nos glómerulos M17 - conjunto de células olfativas sensíveis a este cheiro - tal como os seus progenitores após o condicionamento. Não foi possível efetuar a parte comportamental da experiências nestas crias. A maior crítica a esta experiência é que não é possível saber se foi transmitida de facto uma memória, um medo ou simplesmente uma alteração biológica que os torna mais sensíveis ao cheiro, e ainda não está provado se este fenómeno é aplicável a humanos. Outro caso que pode apontar na direção de medos inatos será o caso de pessoas com fobias inexplicáveis: uma pessoa que tem aracnofobia mas nunca teve uma má experiência com aranhas e ninguém perto de si demonstra medo das mesmas, mas o indivíduo demonstra de facto esta fobia. Estes fenómenos continuam por explicar, empiricamente. Analisando os argumentos apresentados, retomamos a questão: o medo é inato ou adquirido? A resposta parece ser clara: ambos. A nossa capacidade de ter medo é uma resposta biológica com a qual se nasce, para certificar a sobrevivência. Através de experiências empíricas e atendendo aos contextos socioculturais em que crescemos, podemos constatar que muitos dos nossos medos são adquiridos por experiências ou educação, mas casos de fobias inexplicáveis e outras experiências recentes levadas a cabo pela comunidade científica (como a que foi retratada neste texto) provam que a resposta não é só uma: ambos os fatores – o inato e o adquirido – são cruciais para o comportamento humano e a experiência do medo é exatamente um resultado de características inatas em interrelação com fatores externos.

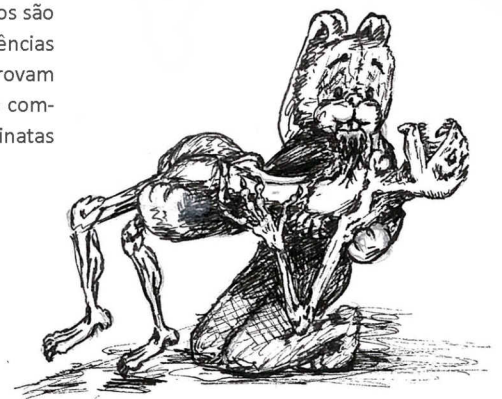
Bibliografia

- <http://www.simplypsychology.org/classical-conditioning.html>
- <http://www.britannica.com/topic/behaviourism-psychology>
- Hughes, V. (2013, dezembro 1). Mice Inherit Specific Memories, Because Epigenetics? (<http://phenomena.nationalgeographic.com/2013/12/01/mice-inherit-specific-memories-because-epigenetics>)
- <http://www.dana.org/Publications/Brainwork/Details.aspx?id=43615>

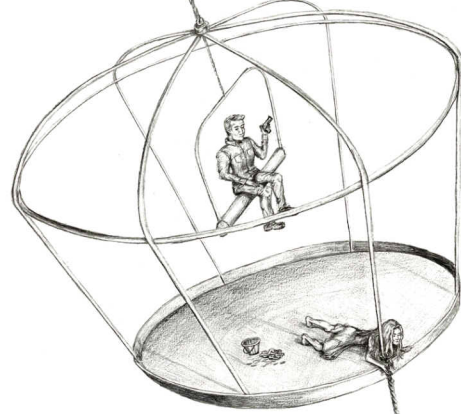
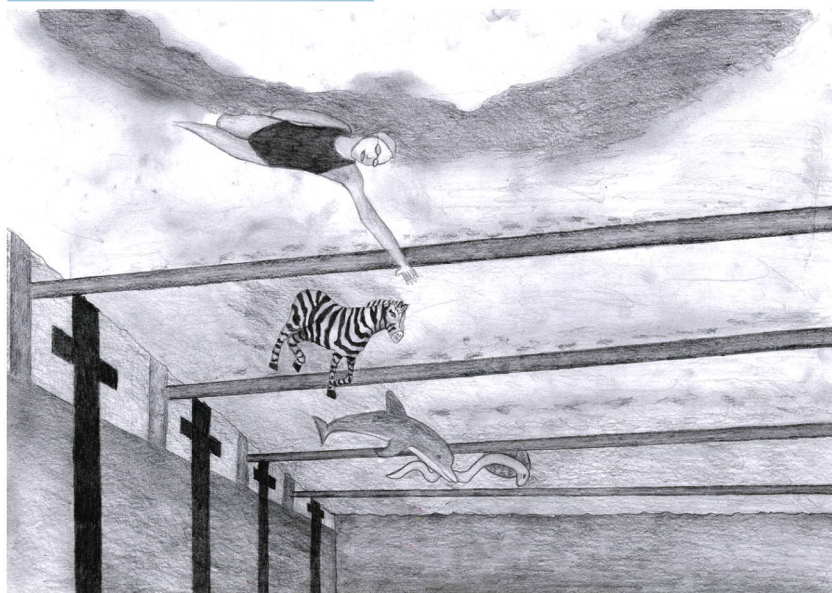
- Pires, Catarina; Brandão, Sara. Nós 12 - Psicologia B. 1ª ed. Lisboa: Areal Editores, 2015.



Sofia Fernandes



Margarida Lobato



Bernardo Pires e Margarida Lobato

Será que o criminoso tem culpa do crime cometido?

Será o criminoso culpado pelo crime que cometeu ou serão as circunstâncias em que vive e se desenvolveu as verdadeiras responsáveis?

Diana Lourenço

«Num criminoso, dois traços são essenciais: um egoísmo sem limites e um forte impulso destrutivo. Comum a ambos, e condição necessária para a sua expressão, é a ausência de amor, a falta de uma apreciação emocional de objetos (humanos).»

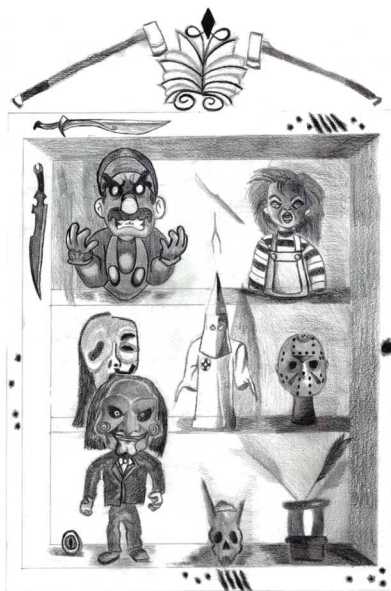
Sigmund Freud

Este texto reflete sobre a responsabilidade que temos sobre as ações que praticamos, partindo da análise de um caso e de uma situação em que esta questão assume particular importância, tanto no plano moral como legal: um criminoso que tenha cometido um crime - será o criminoso culpado pelo crime que cometeu ou serão as circunstâncias em que vive e se desenvolveu as verdadeiras responsáveis? Vou analisar esta questão recorrendo a alguns dos psicólogos estudados na aula de Psicologia - escolhi Watson, Freud e Rogers.

Watson fundou a corrente comportamentalista (conhecida como Behaviorismo), que tinha como objetivo teórico compreender o que torna possível prever e controlar o comportamento, entendido como o conjunto de respostas, objetivamente observáveis, dadas pelo organismo diante estímulos do meio. De acordo com o behaviorismo o ser humano é unicamente produto do meio, sendo que a genética pouco influencia o sujeito.

Sendo assim, do ponto de vista do behaviorismo, um criminoso só comete um crime porque foi influenciado pelo meio, logo não deveria ser castigado pois a sua ação não foi produto dos seus pensamentos e desejos.

Vejam agora a posição do psicanalista Sigmund Freud. Para Freud, todo o tipo de comportamento que apresentamos tem origem no inconsciente, um dos três níveis do psiquismo e o mais primitivo e inacessível ao nosso Eu consciente; contudo, é aqui, neste nível, que se encontra a explicação para a grande parte das nossas ações, bem como a chave para compreender a nossa personalidade.



Afonso Sanches



Inês Aragão

De acordo ainda com a sua teoria, o homem é governado por duas pulsões inatas: eros (pulsões de vida) e tanatos (pulsões de morte); Freud é da opinião que a essência da natureza humana é destrutiva e agressiva e que o ser humano é controlado por pulsões egoístas.

Assim, analisando a questão proposta, para Freud o criminoso não teria a culpa do crime que cometeu pois ele é dominado por pulsões, o seu Ego é muito frágil e o que o controla é o Id, que não atua a um nível consciente. Sendo que este autor valoriza, não só a dimensão inata do comportamento, como também as experiências vividas, o criminoso só deve ser culpado daquilo de que ele, conscientemente, foi autor; contudo, também isso levanta problemas pois as frustrações e os traumas que acumulamos ao longo da vida (especialmente na infância) podem levar-nos a praticar ações que escapam ao Eu consciente, por exemplo: o ódio por alguém pode surgir inconscientemente, ou pode ter origem em algo que alguém nos tenha feito. Freud vai mais além e diz que os criminosos podem fazer o que fazem devido a conflitos mal resolvidos oriundos de traumas e complexos, como é o caso do Complexo de Édipo, que tanto marca o desenvolvimento psicosssexual do sujeito.

Carl Rogers, humanista, defendia uma visão humanista, centrada na pessoa; enfatizava o livre-arbítrio e a procura de sentido para a existência. Para este autor, o importante eram os aspetos positivos da vida humana (opondo-se, desta forma, à visão pessimista de Freud). Rogers enfatizava a capacidade natural do indivíduo para a autorrealização.

«Quando Rogers foi questionado sobre criminosos e pessoas violentas que pareciam não funcionar numa maneira positiva, Rogers diria que o meio, o abuso, etc. levaram a pessoa a perder contacto com os seus sentimentos interiores. (...) Estas pessoas têm pouca reação ao sofrimento das suas vítimas. Rogers afirmaria então que estão a agir por medo e defesa, forças do mal não inatas.» (www.karencrawfordphd.com/media/edocs/personality_ch_14.doc e traduzido para português), Rogers dá mais importância às experiências vividas e às aprendizagens que fazemos ao longo da vida. Por isso, o sujeito que cometeu o crime teria de ser castigado pelo que fez, pois tem consciência dos seus atos, tem livre-arbítrio para decidir quais os caminhos pelos quais deve enveredar, sendo assim responsável pelas suas ações. Contudo, essa pessoa deve ser ajudada a fortificar o seu Eu - o Self - pois vive certamente uma situação de incongruência; as circunstâncias da vida podem levar a pessoa a não coincidir consigo mesma, o que se traduz em dificuldades de inserção social e de relacionamento com os outros. Contudo, apesar de haver atenuantes e de necessitar de ajustamento, o sujeito é culpado por aquilo que faz.

Ao longo deste ensaio, foram expostas três visões diferentes: a visão behaviorista, a psicanalítica e a humanista. Na minha opinião, a resposta a esta questão não deve ser dada de acordo com apenas um dos psicólogos estudados, mas sim com o recurso a várias ideias que aqui foram apresentadas. Acredito que há pessoas que cometem crimes inconscientemente e/ou involuntariamente (por exemplo, crimes por negligência) – apesar de serem os autores da ação, não são autores de uma ação criminosa porque não tinham a intenção de cometer um crime. Porém há também criminosos que cometem os crimes tendo consciência de que o que estão a fazer é moralmente incorreto; neste caso são culpados pelos crimes cometidos – preferem contornar o bem, ou aquilo que é considerado como sendo o bem, em nome de outros princípios, desejos ou motivações, que se tornam prioritários.

Bibliografia:

www.karencrawfordphd.com/media/edocs/personality_ch_14.doc
http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6157
 PIRES, Catarina, BRANDÃO, Sara (2015). Nós. 1ª edição. Porto: Areal Editores.



Beatriz Félix



Andressa Meicasa



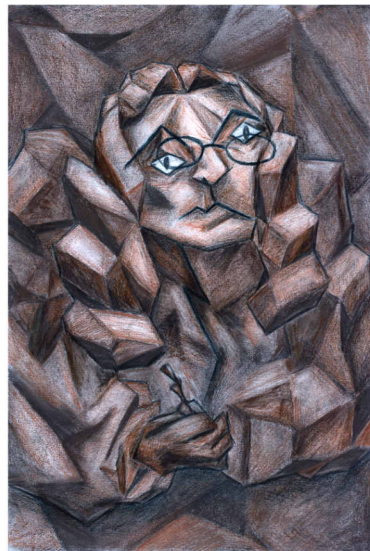
Bernarda Bernardo e Joana Ratão

Será possível curar a psicopatia?

A psicopatia, descrita como um padrão com alta ocorrência de comportamentos violentos e manipulatórios, é frequentemente considerada uma expressão patológica da agressão instrumental, além da falta de remorso e de empatia

Daniel Cruz

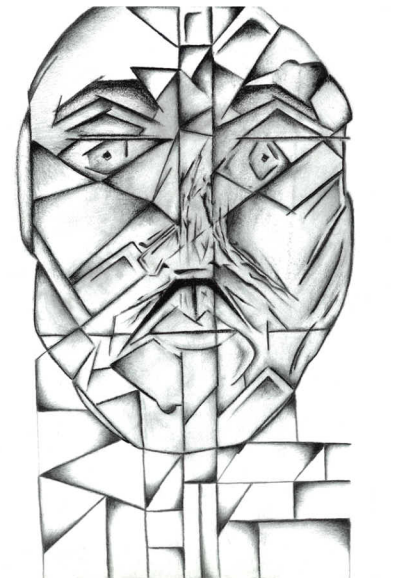
O que é a psicopatia? Psicopatia é a designação atribuída aos indivíduos que apresentam um padrão comportamental, e/ou traço de personalidade, caracterizados, em parte, por um comportamento antisocial, diminuição da capacidade de empatia/remorso, baixo controlo dos impulsos e atitudes de dominação desmedidas. Este tipo de comportamento agonista encontra-se relacionado com a delinquência e com o crime, mas também é associado à competência social e à liderança. A psicopatia, descrita como um padrão com alta ocorrência de comportamentos violentos e manipulatórios, é frequentemente considerada uma expressão patológica da agressão instrumental, além da falta de remorso e de empatia. Segundo Robert Hare, autoridade mundial em psicologia criminal e professor na universidade da Colúmbia Britânica (Canadá), esta é a única característica inconfundível de um psicopata: a incapacidade de se colocar no lugar do outro e de sentir o que o outro sente, ou seja, a falta de empatia. Todos os psicopatas, devido a esta falta de empatia, veem os outros seres humanos como objetos retirando-lhes os seus atributos de pessoa, de modo a considerá-los uma coisa. Em 1963 o psiquiatra J.M McDonald concebeu uma tese segundo a qual se podiam antecipar três características de um psicopata durante a infância; se o sujeito apresentasse duas destas três características poderia ser considerado como um potencial psicopata. As três características são as seguintes: maus tratos a animais, comportamentos obsessivos em relação a atear fogos e a persistência em urinar na cama. Apesar de ter sido testada em investigações do FBI, muitos dos psicólogos consideram esta teoria muito relativa, uma vez que em estudos mais recentes se investigou a hipótese dos traços de psicopatia estarem ligados a maus-tratos durante a infância; assim, a tríade de McDonald passou a ser considerada um mito urbano.



Margarida Lobato



Sara Fernandes



Ana Rita Fonseca

De acordo com outros autores, os psicopatas podem ainda dividir-se em psicopatas primários e secundários. Os primeiros são aqueles que não respondem ao castigo nem à repreensão, reprimindo constantemente os seus impulsos antisociais, principalmente diante de outros, não porque a sua consciência os obrigue a tal, mas sim porque isso atende ao propósito do momento; para eles, as palavras não parecem ter o mesmo significado que têm para nós, não têm nenhum projeto de vida definido e são incapazes de sentir qualquer tipo de emoção. Os psicopatas secundários são indivíduos arriscados, mas, no entanto, mais propensos a reagir e a colocar-se em situações de maior stress do que a pessoa comum. Se realmente passarem a uma vida ligada ao crime, os psicopatas são reordenados em duas secções, tendo em conta as suas características: os organizados, como Ted Bundy, agradável, encantador e inteligente, planeando os seus crimes e depois ocultando-os tão bem quanto conseguia; e os desorganizados como o Filho de Sam, que se debatia constantemente como os seus demónios interiores e que depois matava repentina e brutalmente cada vez que esses demónios se libertavam. Estes dois tipos de psicopatas tendem a enquadrar-se, respetivamente, nas categorias de psicopata primário e secundário que acima foram explicadas. Segundo a maioria dos psicólogos, a psicopatia é um distúrbio da personalidade frequentemente associado à agressividade e à delinquência mas não há consenso relativamente às suas causas. Já no que diz respeito à sua cura muitos parecem concordar que esta apenas é possível se o sujeito for “tratado” desde uma idade muito jovem. Apesar do estudo da psicopatia juvenil estar envolto em polémica, há algumas evidências de que as características observadas nos adultos com psicopatia se encontram desde cedo, na fase da infância e da adolescência, e que há uma certa estabilidade de traços entre estas fases da vida e a vida adulta. Assim, as investigações nesta área revelam-se úteis para a prevenção da criminalidade – conhecer as características desta patologia e o modo como se desenvolve, reconhecendo os seus traços na criança ou no adolescente permite agir atempadamente e de forma mais eficaz.

Bibliografia:

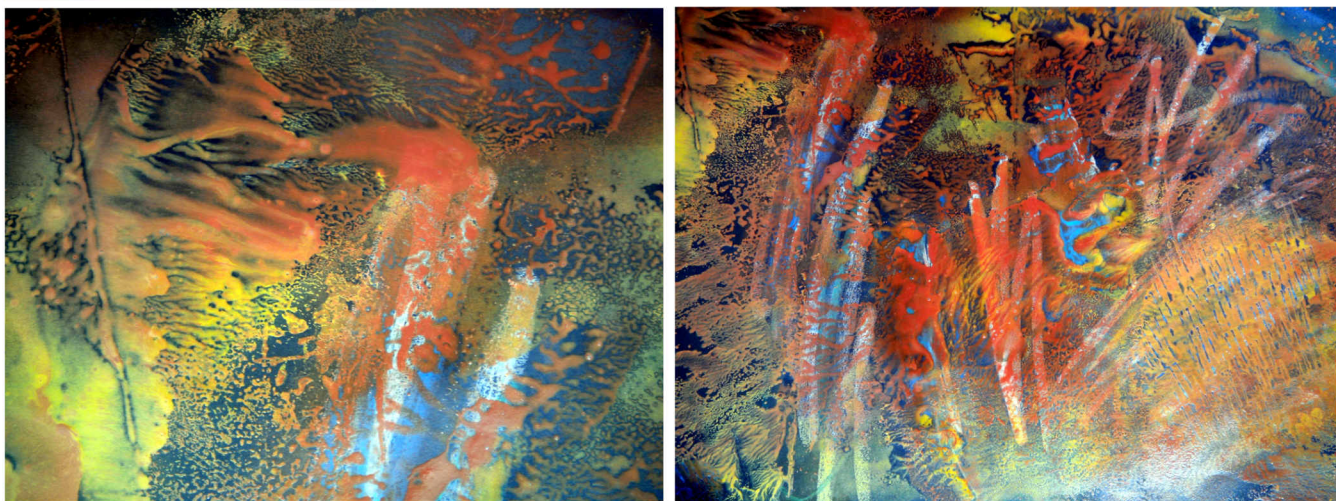
<http://id.discoverybrasil.uol.com.br/a-psicopatia-transtorno-antissocial-da-personalidade/>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Psicopata>

Dan Wells (2012) - Não sou um serial killer. Lisboa: ed. Contraponto.



Daniela Oliveira



Inês Martins

Serão os traumas para sempre? Determinismo ou livre-arbítrio na construção do Eu?

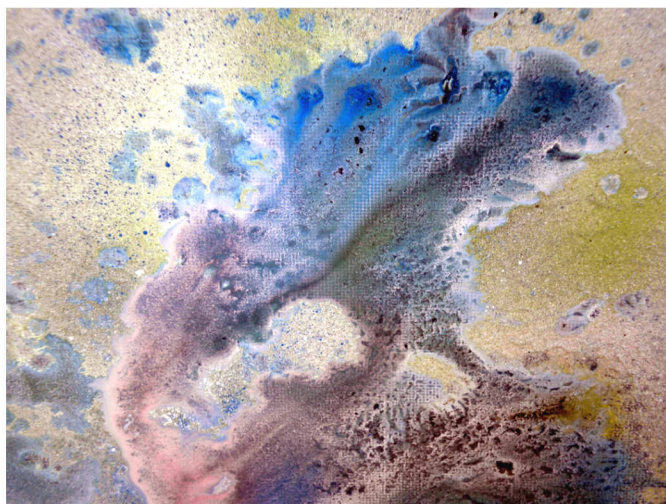
O inconsciente tem uma força incalculável sobre nós e, de certa forma, como Freud diz, controla-nos e governa-nos. Os traumas são conteúdos mentais que nos atormentam, uns mais que outros dependendo da sua gravidade.

Inês Jorge

Vou responder a esta questão a partir de dois autores distintos estudados nas aulas de Psicologia: Sigmund Freud e Carl Rogers.

O primeiro autor, Freud, afirma que os traumas são conteúdos psíquicos dolorosos ou inaceitáveis que atormentam a vida quotidiana de uma determinada pessoa, como por exemplo, a memória de uma violação. Para este autor, os traumas são como “fantasmas” porque, apesar das memórias que os sustentam se encontrarem no inconsciente, elas continuam a atormentar-nos. Tendo em conta que estas memórias, bem como os acontecimentos a que se referem, não se encontram resolvidos tentam, constantemente, penetrar a barreira da censura para se darem a conhecer ao consciente. Por vezes conseguem-no através dos sonhos e dos atos falhados. Contudo, o consciente (o Ego) consegue proteger-se destas memórias através de mecanismos de defesa, entre os quais o recalçamento, produto da censura interior, que reprime no inconsciente as memórias traumáticas. Freud considera que os traumas são resultado de conflitos intrapsíquicos entre o Id (o inconsciente) e o Superego; o Ego age como um intermediário destes conflitos para que a tensão se reduza e a energia do Id seja regulada, auxiliado pelos seus mecanismos de defesa. Contudo, Freud afirmava que somos governados pelo inconsciente, o nosso eu mais primitivo, o local dos desejos mais íntimos, das pulsões agressivas, o nosso “eu quero”. Este autor vai criar um método, o método psicanalítico, que tinha como objetivo trazer “à luz do consciente” memórias e outros conteúdos recalçados, para que o paciente

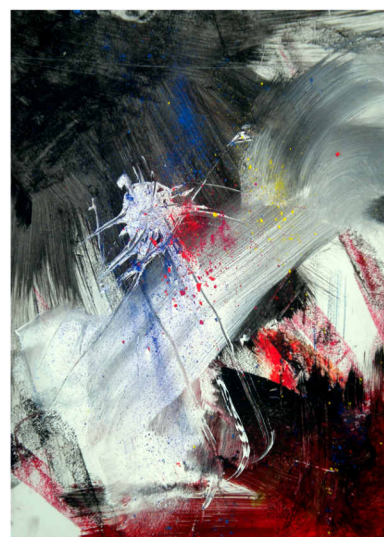
lidasse com os mesmos; procurava, também, quebrar as resistências erguidas pelo superego, pois só assim poderia restaurar as memórias reprimidas.



Mónica Baginha



Inês Martins



Vítor Cavalheiro

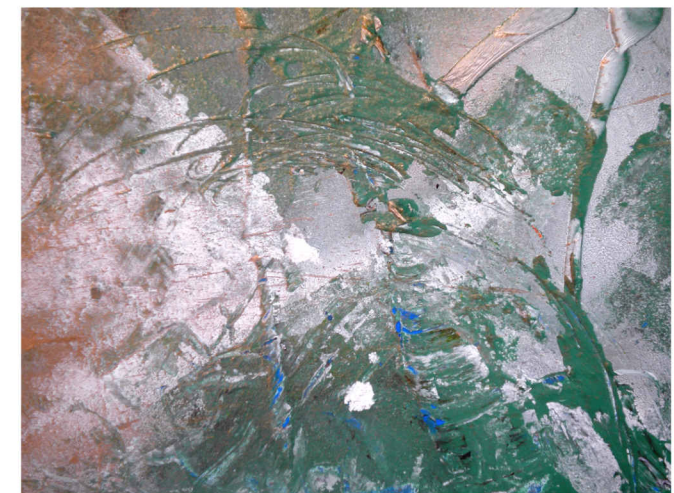
Segundo Freud, a única forma de chegar ao inconsciente era através da ajuda terapêutica. Como podemos verificar, Freud tem uma perspectiva pessimista do Homem no que toca à sua capacidade de recuperação em relação aos traumas. Acreditava que um trauma nos marcava intensa e definitivamente, manifestando-se ao longo da vida. Negava assim, de certa forma, o livre arbítrio do Homem, concebendo-o como um ser preso ao seu passado e às forças primitivas que o governam.

O segundo autor, Rogers, vai apresentar uma teoria completamente diferente. Rogers procurava superar a psicanálise, criticando-a por: 1) tornar o Homem dependente de um passado que não o abandona e do inconsciente que não consegue controlar; 2) acentuar os aspetos doentios e negativos da personalidade do sujeito. Para Rogers, os traumas e as forças do inconsciente não prendem o Homem para sempre, pois este tem a capacidade natural para a autorrealização, a capacidade de crescimento e a capacidade de livre arbítrio sendo, desta forma, responsável pela sua própria transformação. A partir do seu método, a terapia centrada no cliente, que se focalizava na saúde, no bem-estar do Homem e nos seus potenciais, Rogers afirmava que o paciente é o “dono” do seu próprio tratamento e é capaz de mudar os seus comportamentos. Rogers não nega a existência do inconsciente; contudo, diz que o Homem é capaz de resolver e ultrapassar os seus traumas pois o é o Ego – o nosso “eu” consciente, a nossa personalidade, a “zona” do psiquismo que está em contacto com a realidade e que representa a razão – que nos governa.

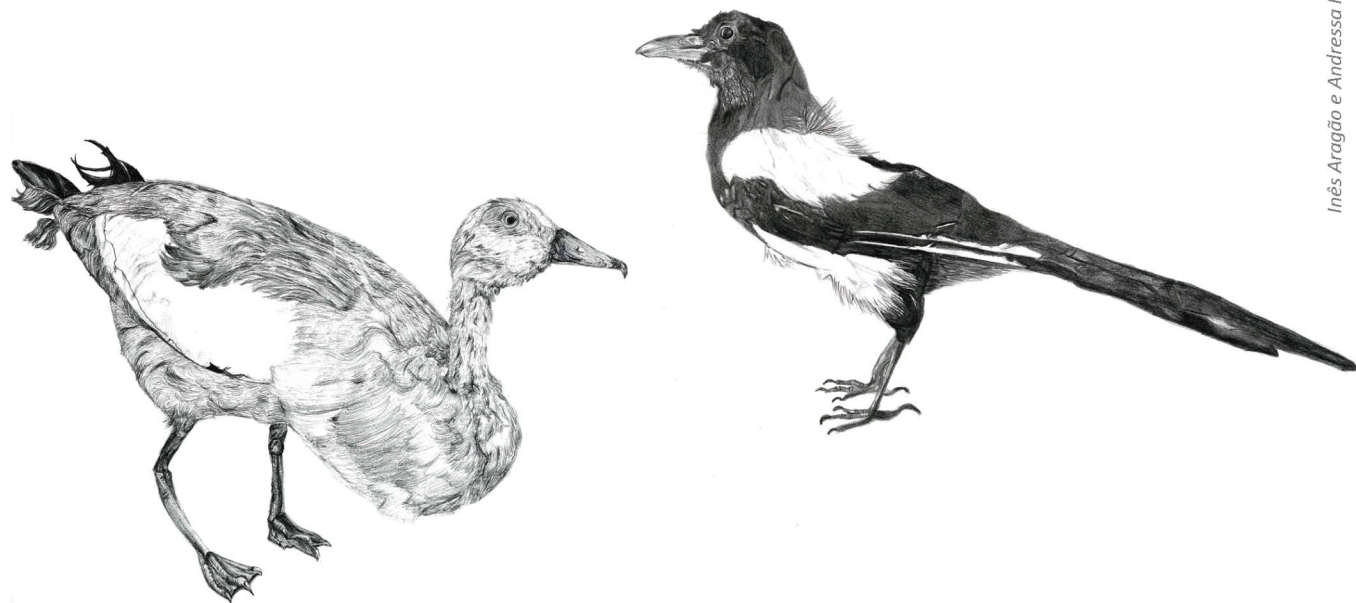
A meu ver, tendo em conta as duas perspetivas que apresentei, a que está mais correta é a de Freud. A teoria de Rogers é “excessivamente positiva e otimista” visto que existem traumas sem resolução/recuperação (exemplo: uma mãe perder um filho) e que existem sujeitos com perturbações muito graves que não têm capacidades suficientes para o autoconhecimento e para a modificação de conceitos. O inconsciente tem uma força incalculável sobre nós e, de certa forma, como Freud diz, controla-nos e governa-nos. Os traumas são conteúdos mentais que nos atormentam, uns mais que outros dependendo da sua gravidade. Penso que podemos aprender a “lidar” com os nossos traumas mas nunca os vamos conseguir esquecer ou apagar na totalidade. Por exemplo, uma mulher que tenha sido violada nunca irá esquecer este acontecimento, irá recordar esta memória como sendo dolorosa para o resto da sua vida, ficará marcada no que diz respeito aos seus sentimentos e relações interpessoais; no entanto, com a ajuda adequada irá aprender a lidar e a saber “viver” com ela. De certa forma, como Freud afirma, o Homem fica preso aos seus traumas, ou seja, ao passado e às forças primitivas que controlam a sua mente, sem que tenha controlo sobre as mesmas.

Bibliografia:

PIRES, Catarina, BRANDÃO, Sara (2015) - Nós. 1.ª edição. Porto: Areal Editores.



Mafalda Nunes



Inês Aragão e Andressa Meicasa

O Complexo de Édipo hoje

Será que o complexo de Édipo/Electra continua presente nas crianças na sociedade atual?

Guilherme Martins

Esta dúvida surge porque a concepção que temos hoje de infância difere da concepção freudiana. Freud concebia as crianças como seres complexados e “formatados” pela educação típica da primeira metade do século XX. Mark Poster, historiador norte-americano crítico de Freud,

com o qual concordo, afirmou que a família típica burguesa sobre a qual Freud idealizou o complexo de Édipo já não existe ou, no mínimo, tem forte tendência para desaparecer no século XXI no mundo ocidental.

«Não existe sexualidade natural, não existem estádios naturais de fantasia sexual; a sexualidade é definida para a criança através de suas interações com os pais, que são os agentes inconscientes de sua classe, sociedade e economia emocional (...)» (POSTER, 1979)

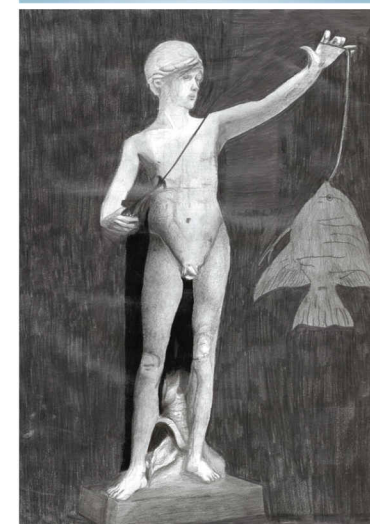
Na família descrita por Freud, o homem representava a autoridade dominante sobre a família e era o provedor do seu sustento; a mulher, por ser considerada menos capaz, representava os cuidados da casa e a criação dos filhos.

Na sua época, Freud descreveu o complexo de Édipo como um acontecimento do estágio fálico do desenvolvimento psicosssexual. Nesta fase, a criança toma consciência das diferenças físicas, psíquicas e sociais existentes entre os dois sexos. Influenciado pela cultura em que se insere, o rapaz aproxima-se da mãe, por esta ser o símbolo sexual do sexo oposto que lhe é mais próximo, entrando em competição com o pai. Assim, a criança vive permanentemente em angústia pela relação incestuosa com a mãe e pelo conflito com o pai.

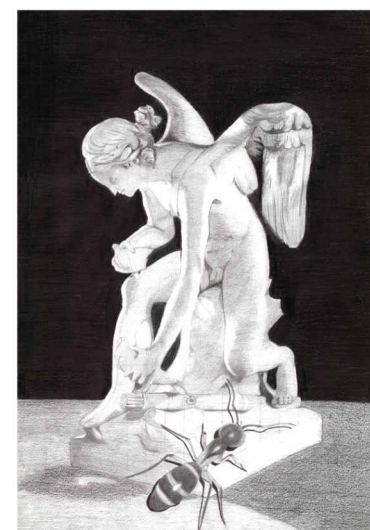
Hoje em dia, justificar-se-á esta angústia? Eu penso que não.



Bernardo Pires



Joana Silva



Mónica Baginha

1º- A concepção de uma família em que o pai é visto como “o que trabalha” e a mãe como “a que tem amor para dar” já não existe.

2º- Existem famílias com dois pais ou duas mães em que os filhos se tornam cidadãos socialmente capazes.

É verdade que cada vez mais os homens gostam de se rir da maneira como as mulheres conduzem e as mulheres criticam os homens por não saberem cozinhar ou cuidar da casa. Mas quantos desses insultos têm de facto o objetivo de insultar e não de brincar? Cada vez mais os casais de sexos opostos partilham as tarefas domésticas e ambos têm um emprego. Também é verdade que a mulher, que outrora tinha a função de criar os filhos em casa, está cada vez mais ausente do lar. Mas, por outro lado, o homem ocupa cada vez mais o seu papel de educador em casa, compensando, assim, a ausência da mãe.

Existe também a possibilidade de ser o homem a tirar a licença de assistência ao recém-nascido, apesar de esta prática não ser tão frequentemente preferida.

Desta forma, a aproximação do rapaz à mãe e da rapariga ao pai, opondo-se ao progenitor do mesmo sexo já não se justifica pois as crianças hoje em dia são educadas de forma a valorizarem igualmente os dois sexos.

Quanto à educação de crianças por casais homossexuais ou por pais solteiros, podemos dizer que, como referiu Piaget, as crianças aprendem por imitação. Desta forma, um rapaz não se tentará aproximar da mãe nem uma rapariga se tentará aproximar sexualmente do pai pois os progenitores protegê-los-ão da influência da cultura dominante em que só os casais heterossexuais são aceites dando, desta forma, a possibilidade da criança escolher a sua orientação sexual.

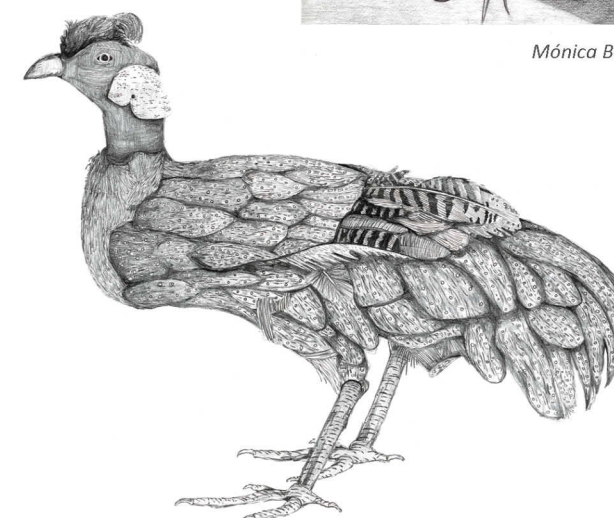
Cada vez mais se fala mais da possibilidade de casais do mesmo sexo poderem adotar uma criança. Um dos argumentos contra esta prática e contra a adoção por mães ou pais solteiros, é a sugestão de que uma criança precisa de um modelo masculino e um feminino para se desenvolver corretamente. Logicamente, este argumento não é bom pois parte do pressuposto de que se as crianças que hoje são adultos saudáveis foram educadas por um pai e por uma mãe, uma criança que não seja educada com progenitores dos dois sexos não se desenvolverá corretamente. Esta afirmação constitui a falácia formal da negação da consequente e é, portanto, inválida.

Estamos longe da época de Freud, em que se pensava que uma criança, para ser educada corretamente, necessitava de um exemplo materno e um paterno pois, sexos diferentes tinham papéis diferentes no desenvolvimento da criança e na sociedade. Hoje, as mulheres e os homens têm os mesmos direitos e deveres perante a sociedade, devem ter o direito a adotar sem que lhes sejam impostas barreiras sobre a sua orientação sexual. Até o termo “orientação sexual” ganha uma nova dimensão, liberta da tipificação social.

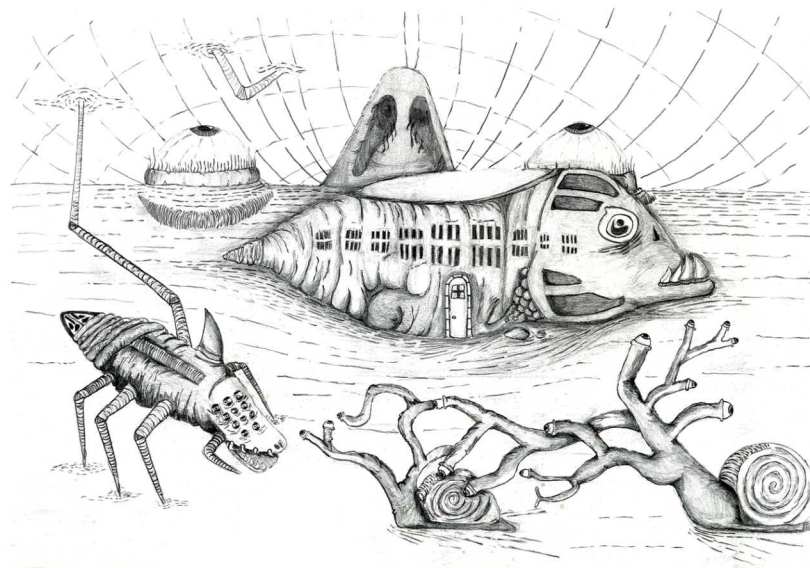
Desta forma, concluo que o complexo de Édipo, tal como Freud o concebeu, já não faz parte do desenvolvimento psicosssexual da maioria das crianças, devido às modificações na estrutura da sociedade contemporânea.

Bibliografia

- Catarina Pires, C. & Brandão, S. (2015) - Nós, Psicologia 12.º Ano, Porto: Areal Editores, 1.ª ed.
- M. Poster (1979) - Teoria Crítica da Família, Rio de Janeiro: Zahar.



José Gonçalves



José Gonçalves

Que papel têm os sonhos na vida humana?

Freud define o sonho como “a estrada real de acesso ao Inconsciente” e adota a análise e interpretação dos sonhos como um dos principais elementos na sua terapia psicanalítica. Os sonhos ganham assim especial relevo para a vida do ser humano, sendo considerados o meio mais direto de acesso aos desejos, impulsos e conflitos recalcados por nós.



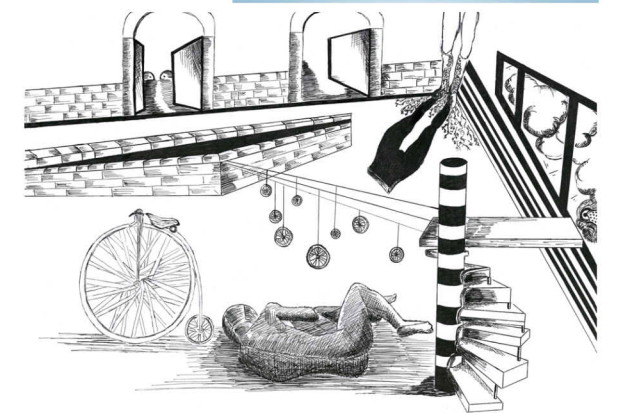
Ana Rita Fonseca



Andressa Meicasa

João Gama

O estudo dos sonhos tem sido uma das principais temáticas da psicologia, estando associada ao estudo do inconsciente e da sua importância no psiquismo. Sigmund Freud e Carl Gustav Jung apresentam-se como os principais autores que protagonizam este estudo. A grande revolução da teoria psicanalítica de Freud não é a descoberta do inconsciente, mas a sua afirmação de que este nos domina, modificando a conceção que o homem tinha de si mesmo, como ser consciente e senhor dos seus atos. Freud afirma ainda que o inconsciente, o Id, é composto por todos os conteúdos psíquicos (pensamentos, memórias e desejos) que são reprimidos, ou recalcados, por uma barreira de censura por não serem aceites pela sociedade ou pela própria pessoa (por serem dolorosos, imorais ou vergonhosos). No entanto, para Freud o material recalcado não é totalmente esquecido e tende a retornar à consciência, rompendo a barreira da censura, manifestando-se disfarçadamente - por exemplo, em sonhos. Isto é possível porque, de acordo com a teoria freudiana, a censura durante o sono perde grande parte da sua eficácia na repressão das manifestações do inconsciente. Freud define o sonho como “a estrada real de acesso ao Inconsciente” e adota a análise e interpretação dos sonhos como um dos principais elementos na sua terapia psicanalítica. Os sonhos ganham assim especial relevo para a vida do ser humano, sendo considerados o meio mais direto de acesso aos desejos, impulsos e conflitos recalcados por nós. Não obstante, mesmo vendo a sua eficácia reduzida, a censura permanece sempre e, por isso, os pensamentos primários dos sonhos (o seu conteúdo latente) assumem formas disfarçadas, complexas e confusas de modo a conseguirem revelar-se na consciência, sem ativarem a censura (conteúdo manifesto do sonho). A finalidade do sonho é então, para Freud, dar realidade aos desejos e impulsos inconscientes, mesmo que esta seja disfarçada. O processo de interpretação dos sonhos, passaria por simplificar o disfarce com o qual os sonhos se fazem acompanhar. Conhecer o significado dos nossos sonhos seria, para cada um de nós, conhecer-se melhor a si mesmo.



Mariana Elias



Tomás Barqueiro

Para completar as teorias de Freud, opondo-se, apesar disso, a muitas das suas ideias bem como à noção tradicional e antiga que temos dos sonhos, surgiu Carl Gustav Jung. Jung defende uma visão diferente da de Freud relativamente ao inconsciente humano. Para Jung, o inconsciente não é só composto por impulsos e conflitos recalcados, mas é também visto como um inconsciente coletivo, que engloba um passado não apenas nosso (pessoal, de cada um em particular), mas de toda a espécie humana; o inconsciente é designado por Jung de “padrões genéticos comuns a toda a humanidade” e resulta da experiência psíquica de milhões de anos de evolução humana.

Jung vai, no entanto, concordar com Freud, na defesa de que é o inconsciente que alicerça toda a personalidade do sujeito. Contudo, para Jung, os sonhos seriam uma janela para o inconsciente coletivo, e não para o inconsciente pessoal; em vez de refletirem os nossos impulsos e desejos, os sonhos refletiriam mensagens e conselhos da “humanidade” ajudando-nos a orientar-nos no nosso processo de desenvolvimento pessoal. Para este autor, os sonhos não são complexos e confusos, muito menos são vistos como um disfarce, mas sim a forma mais clara deste inconsciente se manifestar. Apesar de reconhecer que existe um processo de disfarce associado ao trabalho do sonho, Jung não o atribui à censura mas sim ao seu caráter polissémico (pluralidade de sentidos e significados). Jung preocupa-se não só com a causalidade do sonho, com o seu “porquê”, mas também com a finalidade, com o “para quê”. O pensamento de Jung tem um pendor místico e espiritual, o que acaba por ser um fator de divergência entre os dois autores; com efeito, as suas teorias divergem não só no que diz respeito à origem dos sonhos, mas também no papel do inconsciente no psiquismo e na vida humana – para Freud o ser humano é um ser dominado por impulsos e conflitos inconscientes e passados; já Jung o vê como um ser humano espiritual, preso num processo de expansão de consciência, partilhando o seu psiquismo com toda a humanidade. Embora de maneiras diferentes, ambos os autores se opõem à visão tradicional, mais antiga que temos dos sonhos e realçam a sua importância na vida humana. Durante milhares de anos os sonhos terão sido retratados como propriedades sobrenaturais, de inspiração divina, mensagens de deuses, avisos utilizados para prever o futuro. As interpretações da civilização egípcia baseavam-se na ideia de que os sonhos tinham ascendência divina e que preveriam o futuro. A civilização grega foi então a primeira a descartar qualquer inspiração divina e foram os primeiros grandes pensadores da antiguidade clássica a desenvolver algumas teorias que depois foram estudadas por Jung e por Freud. Platão considerava que os sonhos eram desejos secretos e Aristóteles acreditava que tinham natureza metafórica e que seria possível entender os seus significados.

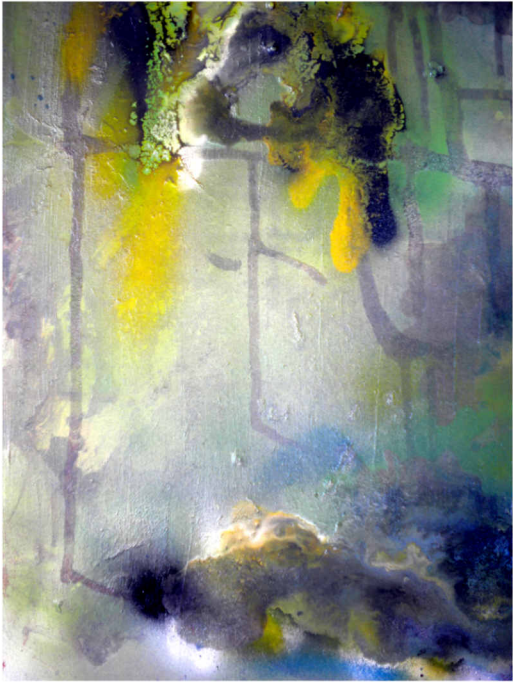
A interpretação dos sonhos feita na antiguidade, é, a meu ver, facilmente desmentida depois de todos os estudos elaborados quer por Freud quer por Jung, podendo ser considerada uma interpretação retrógrada face ao conhecimento que hoje possuímos. Estes autores não só desmistificam a noção de sonho da antiguidade, como lhe emprestam um caráter científico, negando assim a ideia, que ainda existe hoje em dia, que os sonhos têm pouco significado e que gastar tempo a estudá-los, interpretá-los e a analisar sua importância na vida humana é simplesmente desnecessário.

Bibliografia

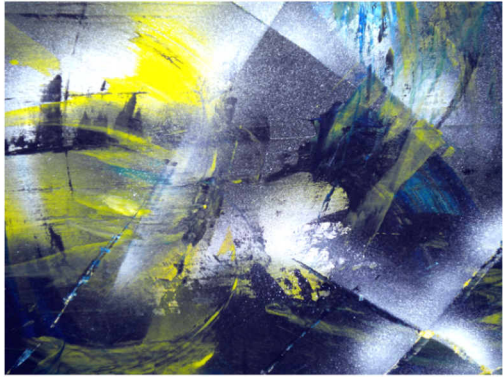
<http://www.revistacapitolina.com.br/freud-jung-interpretacao-dos-sonhos/>
<https://sonharsimbolos.wordpress.com/2007/09/19/a-importancia-dos-sonhos-carl-g-jung/>
<https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/os-sonhos-na-concepcao-de-freud>
<http://www.deldebbio.com.br/2013/02/08/interpretacao-dos-sonhos-para-freud-e-jung/>
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Sonho>



Margarida Lobato



Afonso Sanches



Mónica Baginha

A Máquina da Felicidade

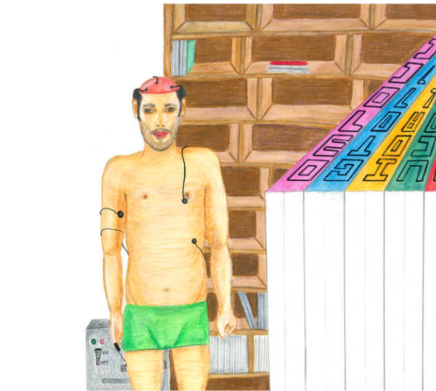
Não esqueça a pergunta de Nozick: ligar-se-ia?

A máquina de experiências de Robert Nozick é uma das experiências conceptuais mais célebres da Filosofia. É referida habitualmente como objeção ao hedonismo e à ideia de que o prazer (ou felicidade) é o maior dos bens.

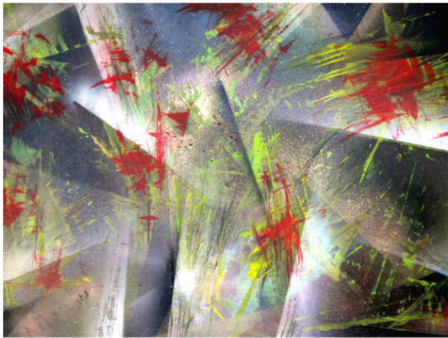
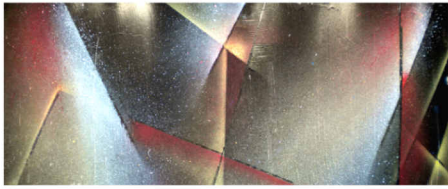
Eis a máquina de experiências agradáveis nas palavras do próprio Nozick:

«Suponhamos que havia uma máquina de experiências que proporcionaria ao leitor a experiência que desejasse. Neuropsicólogos superfixes podiam estimular o seu cérebro de maneira a pensar e sentir que escrevia um grande romance, fazia um amigo, ou lia um livro interessante. Durante todo o tempo, estaria a flutuar numa cuba, com elétrodos ligados ao cérebro. Dever-se-ia ligar esta máquina durante toda a vida, pré-programando as suas experiências de vida? Se está preocupado com a perda de experiências desejáveis, podemos supor que as empresas investigaram exaustivamente a vida de muitos outros. O leitor pode escolher a partir da sua imensa biblioteca ou bufete dessas experiências, selecionando as suas experiências de vida para, digamos, os dois anos seguintes. Após dois anos, poderia passar dez minutos ou dez horas fora da cuba, para selecionar as experiências dos seus dois anos seguintes. Evidentemente, enquanto está na cuba não saberá que ali está; pensará que tudo aquilo acontece efetivamente. Os outros podem também ligar-se e ter as experiências que quiserem, pelo que não há necessidade de estar desligado para os servir. (Ignore problemas como o de saber quem cuidará das máquinas se todos se ligarem.) Ligar-se-ia? O que mais pode ter importância para nós, além do modo como são as nossas vidas a partir de dentro? Tão-pouco se devia abster por causa dos escassos momentos de angústia entre o momento em que decide e aquele em que já está ligado. O que são alguns momentos de angústia comparados com uma vida inteira de felicidade (se é isso que o leitor escolhe), e porque sentir angústia se a sua decisão é a melhor? O que tem para nós importância, além das nossas experiências?»

(Robert Nozick – Anarquia, Estado e Utopia, trad. Vítor Guerreiro, Lisboa, Edições 70, 2009, pp. 74-75.)



Diana Cardoso



Duarte Bonniz

